

Mães ocupam creche pronta há 8 meses e não entregue

Cerca de 30 mães ocuparam ontem uma creche no bairro do Grajaú, zona Sul, cujo prédio está pronto há 8 meses, mas não está sendo utilizado. As 6 horas, algumas delas pularam o alambrado, uma criança pegou a chave que estava do lado de dentro da porta e o prédio foi aberto. Um morador levou geladeira e fogão da antiga creche — as mães se encarregaram de transportar os utensílios — e, à tarde, as crianças já jantavam no novo prédio, no chão, por falta de mobiliário. As mães, dizendo-se cansadas de esperar pela abertura da unidade, decidiram ocupar o novo prédio, alegando que a antiga creche mantida com ajuda da Prefeitura, não tem mais condições de utilização. Para impedir que sejam desalojadas, prometeram dormir na creche.

A antiga creche é uma casa antiga, junto à favela do bairro, com cinco quartos, todos úmidos e com forte cheiro de mofo, devido à infiltração das chuvas. Os vidros estão quebrados. A tubulação, entupida, faz o esgoto subir pelos ralos e o vaso sanitário. Ali eram atendidas 40 crianças, mas há mais 200 às espera de vagas.

Marilena Pimenta Fernandes uma das mães, não aceita o argumento da falta de verbas para justificar a não abertura da nova creche. Segundo ela, a Prefeitura pretende entregar a creche a uma entidade particular.

"A Prefeitura não se preocupa com a

criança. Preocupa-se em fazer política. Há mais de 100 creches prontas, mas fechadas."

F/SP
"Nada mudou"

18/6/83
A antiga creche recebia ajuda de Cr\$ 319 mil mensais da Prefeitura, quantia insuficiente, de acordo com as mães. Elas ainda pagavam Cr\$ 2 mil por mês para ajudar o pagamento dos salários dos seis funcionários, compra de material e alimentação.

Para os moradores da favela do Grajaú, a falta de vagas na creche é um problema sério. O motorista desempregado Valdemar Vitalino dos Santos disse que não tem alternativa: não pode pagar Cr\$ 1 mil por dia a um vizinho para cuidar das crianças e nem pode deixá-las sozinhas, pois a mulher trabalha como doméstica. "Para arrumar serviço tenho que sair com as crianças", disse Valdemar.

A limpadora Maria Trindade Sousa, para poder trabalhar e ganhar Cr\$ 25 mil mensais, deixa os dois filhos — de 6 e 3 anos — o dia todo dentro de casa. "Eles se cuidam sozinhos, comem e tomam banho."

As mães que participaram da ocupação da creche se dizem desesperadas. "O governador Montoro prometeu resolver o problema das creches durante a campanha eleitoral e até agora não fez nada. Não mudou nada", afirmou Marilena Pimenta Fernandes.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: OEST SPANHO
Data: 21/06/83
Pág.

Pasta n.º
N.º do recorte.....

Creches ficam fechadas

A Prefeitura de São Paulo não tem dinheiro para pôr em funcionamento as 68 creches da região de Santo Amaro e Campo Limpo, prontas desde o final do governo passado e ainda fechadas por falta de funcionários e material. A informação foi dada ontem pelo prefeito Mário Covas, que recebeu em seu gabinete um grupo de mães pedindo a abertura das unidades, segundo elas capazes de receber 8 mil crianças de até seis anos.

As mães, acompanhadas da deputada Irma Passoni (PT), Covas explicou que a ativação custaria Cr\$ 6

bilhões, propondo uma saída: convênio com entidades assistenciais. O grupo não gostou da sugestão: as famílias não teriam dinheiro para arcar com as taxas que lhes seriam cobradas. O prefeito, ontem, também negou a um grupo de moradores da zona Norte a realização de convênio com a Santa Casa de São Paulo, para que esta ative a totalidade dos leitos do hospital São Luiz Gonzaga, de sua propriedade. O bairro, segundo os moradores, tem apenas 0,7 leitos por mil habitantes, quando a Organização Mundial de Saúde recomenda 1,4. A reativação, disse Covas, só será possível no próximo exercício.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal *Folha de São Paulo*Data *21.1.83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

**Creches só abrem com
convênio, diz Covas**

A assinatura de convênio com entidades particulares é a única alternativa, no momento, para que a Prefeitura possa colocar em funcionamento 68 creches construídas pela administração passada. Foi o que afirmou o prefeito Mário Covas, ao receber, ontem, uma comissão de mães do Jardim Somara (Santo Amaro), argumentando que seriam necessários Cr\$ 6 bilhões para abrir aquelas unidades. *FSP 21/1/83*

A Comissão, acompanhada pela deputada federal, Irma Passoni, pediu a inauguração imediata da creche construída naquela área, em novembro passado, e que até hoje não foi aberta por falta de equipamento e de funcionários. A deputada relacionou outras cinco creches em igual situação, na região de Campo Limpo: Jardins Santa Margarida, São Joaquim, Sousa, Maria Alice e Caagoara.

A Prefeitura e as creches

A deputada federal pelo PT, senhora Irma Passoni, reuniu um grupo de mães de família e, valendo-se de uma audiência que solicitara ao prefeito Mário Covas, reclamou a imediata inauguração de uma creche já construída no bairro de Grajaú, jurisdição da Administração Regional de Santo Amaro.

Todavia, a senhora deputada não gostou quando ouviu do chefe do Executivo Municipal que não dispõe, no orçamento em execução, de recursos suficientes (Cr\$ 6 bilhões) para o funcionamento das 68 creches construídas na administração anterior, e, por isso, pretende firmar convênios com entidades particulares, que ficariam responsáveis pela manutenção e administração das creches construídas pela Prefeitura.

O argumento da senhora Irma Passoni foi o de que as entidades particulares cobram uma taxa de Cr\$ 5 mil por criança matriculada na creche, havendo famílias tão carentes que não a podem pagar, mormente se tiverem de deixar dois ou três filhos menores em creches conveniadas.

O argumento é válido, mas não nos parece que a administração direta das creches pelo poder público seja a solução mais correta, especialmente porque após o convênio a Prefeitura continuará pagando à entidade particular uma mensalidade de Cr\$ 11.265,00 por criança, reajustável anualmente.

Os parlamentares de todos os partidos, os representantes de entidades e de movimentos religiosos e as comissões de mães, que estão sendo organizadas para levar seus problemas ao prefeito, poderiam ser mais práticos e levar ao administrador a solução para esses problemas, desenvolvendo assim em todo o Município um verdadeiro espírito comunitário.

Não seria difícil que esses movimentos políticos e religiosos e grupos de mães com tempo livre criassem suas organizações próprias e assumissem a responsabilidade pela manutenção e administração das creches construídas pela Prefeitura. A esta seria muito mais fácil investir na compra de equipamentos, de modo a entregar, via convênio, a essas organizações de mães, religiosos e parlamentares, as creches em condições de funcionamento, exigindo apenas — e isso a comunidade do bairro fiscalizaria — que a política-lha e os interesses de pequenos grupos não interferissem na assistência devida à criança.

Já está na hora de eliminar da convivência entre governantes e governados esse caráter paternalista que é emprestado a tudo o que o governo tenta fazer em favor das diversas camadas sociais. A creche é um problema econômico-social porque voltado diretamente para as famílias mais carentes. Portanto, deve ser resolvido por meio de uma filosofia social e não por intermédio do assistencialismo que leva diretamente ao paternalismo.

UMA HISTÓRIA DE TERROR



De 1969 até a semana passada, 200 crianças órfãs ou abandonadas passaram fome, foram espancadas e receberam até choques elétricos na Sociedade Assistencial Médico Hospitalar, uma entidade de Bragança Paulista. Durante esse período, a responsável pela creche era Saada Chedid (foto), mãe do deputado Nabi Chedid, que tirava proveito político disso. A Justiça interveio na entidade, mas muitas crianças de lá estão com a saúde irrecuperável. Reportagem de Luís Nassif.

J. Tardelli 23/6/83

As marcas ainda são visíveis, na maioria das crianças. Cabeças raspadas, quase que totalmente tomadas por feridas; braços cobertos por chagas purulentas. Nas menores, o ar apalermado, de retardamento mental, e um modo agressivo, quase animal, de tratar os visitantes. Em todas elas, um visível temor passalhes pelo corpo, à simples menção do nome de dona Saada.

De fato, durante anos, o medo das crianças do Sama (Sociedade Assistencial Médico-Hospitalar) foi assunto corriqueiro dos habitantes de Bragança Paulista — cidade de cerca de 60 mil habitantes.

Sempre se falou, a boca pequena, do pavor das crianças com dona Saada, de fugas diárias, narrativas de torturas. Mas tratava-se do caso como um mero fuxico de província, um tema de conversa para fim de noite, ou para exploração política.

Apenas na semana passada, quando foi oficialmente decretada a intervenção na entidade, pelo juiz de menores Nagashi Furukawa, o assunto pulou das mesas de bares para os jornais. Abertos os portões, jorrou do Sama uma torrente de fatos escandalosos, um enredo de filme de terror. O caso virou até tema do Fantástico. E a cidade, oficialmente, scandalizou-se com os fatos, de que há muito se falava, e que ela conhecia.

A entidade foi criada em 1969, como instrumento político da família Chedid. Nabi, após um mandato como prefeito, elegera-se deputado estadual. O pai, Hafiz, chegou à Prefeitura por força da influência do filho.

Com verbas estaduais e municipais criou-se o Sama, e sua direção foi confiada a Saada Nabi Chedid — mãe de Nabi —, com o objetivo de transformá-la em uma "mãe dos pobres" — como era saudada, na época, pela imprensa local.

Tudo não passaria de apenas mais um episódio de exploração política do menor, não fosse a personalidade de dona Saada.

Já nos primeiros anos do Sama, comentava-se na cidade que Saada tinha o hábito não muito humanitário de manter as crianças em andrões, reservando as roupas e cobertores apenas para as solenidades e visitas de inspeção da Febem.

Com o tempo, tais episódios deixaram de revestir-se dessa aparência de mera excentricidade, para ingressar no nebuloso campo da patologia.

Os depoimentos colhidos entre algumas das mais de 200 crianças que permaneceram no Sama permitem compor um quadro de horrores.

Os menores acordavam de manhã, tomavam café sem açúcar e comiam pão seco. Em seguida, eram colocados para capinar.

— A gente capinava o dia inteiro. Carpiam muito, até não haver mais mato. O Ricardo, funcionário da dona Saada, ficava com um pedaço de pau, pronto para bater em quem parava — conta um menor, 13 anos de idade, 12 de Sama. Quando não tinha mais mato para carpir, ele mandava tirar matinho das pedras.

Era uma faina brutal e inútil. Nada se plantava. Apenas o exercício sistemático e obsessivo de tirar mato.

— Às vezes o Ricardo deixava a gente sentar para descansar — relata outro menor. — Dona Saada não deixava. Dizia que a gente só pilantrava e precisava aprender na enxada.

Um mês antes da intervenção, Saada proibiu o ônibus da entidade de levar as crianças à escola. Também alterou o horário das refeições, deixando as crianças que iam à escola sem possibilidade de almoçar.

— Nos dias de prova ela não deixava a gente ir à escola. Mandava carpir o mato — conta outro menor, de 16 anos, há dez no Sama.

As inúmeras doações de doces, alimen-

tos e roupas eram guardadas nas despensas e trancadas até se estragarem.

— Os doces juntavam baratas, estragavam e eram jogados no lixo — conta um dos menores. — Ela nunca deu um desses doces para a gente. Quando jogava no lixo, a gente ia até lá e pegava os pedaços bons.

Lazer não havia de espécie alguma. O parque infantil foi fechado, os banhos de piscina, proibidos. Os jogos de bola não eram tolerados.

— Às vezes alguma mãe trazia uma bola, e dona Saada pegava e trancava no gabinete.

As fugas eram punidas duramente. Os menores relatam casos de choques elétricos, palmatória, rabo-de-tatu.

— Uma vez o Eduardo, guarda-noite, tirou a nossa roupa e trancou oito moleques pelados no banheiro — relata um dos menores. — Sorte nossa que os companheiros conseguiram contornar a sala, sem que ele percebesse, e jogaram algumas cobertas para nós.

O Sama possuía uma ambulância que jamais foi utilizada para transportar os meninos doentes.

— A ambulância ficava com dona Saada, para divulgar o bazar (onde ela vendia as roupas recebidas como doação). Quando algum menor ficava doente, tinha que chamar a ambulância da Santa Casa.

Vários dos menores entrevistados garantiram jamais terem sido atendidos por médico ou dentista.

— A gente tinha que ir escondido na faculdade, para tratar dos dentes — conta um menor, de 13 anos. — Se dona Saada descobrisse, batia na gente.

Das acusações de espancamento não escapa sequer o ex-prefeito Hafiz, acusado de manter um rabo-de-tatu no porta-mala do carro.

Apenas aos domingos, quando a vigilância afrouxava, as crianças podiam divertir-se:

— Ai a gente jogava bola e brincava de pique — diz um menor.

Essa era a parte mais inocente das diversões.

— Depois das 6 da noite, quando dona Saada e os funcionários iam embora, o guarda-noite ia dormir e a criança pegava os mais fracos e faziam de mulher — relata uma ex-funcionária do Sama.

No seu relato, ela confirma os castigos, a comida insuficiente:

— Nos domingos, havia macarronada e bolinho de carne. Dona Saada entregava seis quilos de carne, para 300 crianças. A gente era obrigada a juntar bastante farinha para conseguir fazer um bolinho para cada um.

As condições de higiene eram precárias:

— Os banheiros viviam entupidos. Havia cocô pelo chão. Não havia papel higiênico e a criança se limpava no azulejo — conta a ex-funcionária.

O quadro somente começou a se inverter com a nomeação do juiz Nagashi para a comarca de Bragança.

Bragantino, ele já sabia das desventuras das crianças do Sama. E, em pouco tempo, vários episódios ocorreram, simultaneamente, permitindo formar um amplo dossiê de irregularidades.

O primeiro fato significativo ocorreu com Antônio Rodrigues de Andrade, tio de duas menores. Ao tentar desinterná-las do Sama, ele foi informado por dona Saada de que teria de esperar o "prazo de carência" de seis meses, ou então substituir as duas menores por outras.

Em janeiro ocorreu um segundo incidente. Uma senhora constatou o desaparecimento de um menino, pelo qual era responsável. Pediu esclarecimentos ao Sama e lhe disseram que o menor já fora localizado, e estava hospedado em um colégio em Mairiporã. Recusaram-se a fornecer-lhe o nome do colégio.

A senhora não se deu por satisfeita e veio a São Paulo. Localizou o menor na Febem.

O inquérito inicial foi-se avolumando.

Em fevereiro foi a vez de o lavrador Francisco Constantino Silva declarar que estava registrado no Sama desde 1981, recebendo Cr\$ 20 mil por mês, mas prestando serviços exclusivamente no sítio de Saada.

Em abril, finalmente, o caso estourou. Uma doméstica tentou desinternar duas filhas. Não lhe foi permitido. Seu patrão, em São Paulo, contratou dois advogados e deu parte ao juiz Nagashi.

O juiz compareceu pessoalmente ao Sama. Lá se inteirou da situação das menores e começou a colher as primeiras provas para o inquérito: fotos das duas meninas como eram antes do internamento, e como se encontravam naquele momento. Antes, saudáveis e risonhas; depois, com o corpo coberto de feridas, aparência esquelética, cabelos raspados, por causa de piolhos.

O juiz passou a agir com energia. Inicialmente tentou chegar a um acordo com Saada, nomeando uma interventora que tentaria melhorar a situação, trabalhando em conjunto com ela. Saada aceitou. Mas o acordo não deu certo. Ela continuou interferindo, mantendo o controle da chave das despensas.

Nesse interm, uma investigação da Secretaria da Promoção Social e da Febem revelaria um festival de irregularidades.

Constatou-se inicialmente, que o Sama dispunha de Cr\$ 2 milhões mensais da Febem, cerca de Cr\$ 15 milhões anuais da Secretaria da Promoção Social, além de um pedido de reforço e verbas da ordem de Cr\$ 10,5 milhões.

Mas o parecer técnico conclusivo não permitia saber onde o dinheiro era aplicado. Não havia assistência médica específica. Várias crianças apresentavam problemas dermatológicos e dentários. Não havia cuidados com enfermagem, nutrição, orientação pedagógica. Constatou-se a falta de condições de higiene, com dormitórios superlotados, enquanto outras dependências do Sama permaneciam trancadas — e vazias.



As crianças da creche agora estão denunciando os



maus-tratos que sofreram, entre os quais a falta de comida



e de cobertores e a proibição até de jogar futebol.

O relatório fala da existência de um chuveiro para cada cem crianças, parque infantil trancado, falta de arquivos e registros de menores, nenhum programa recreativo ou profissionalizante.

Concluiu o relatório: "A situação acima exposta vem sendo objeto de fiscalização desde 1969, e as informações, sistematicamente encaminhadas aos órgãos competentes (Febem e Secretaria da Promoção Social). Contudo, a entidade vem contando, no decorrer desses anos, com retaguarda financeira incondicional".

Mais irregularidades foram anotadas. O Sama era intermediário do Plamec (Programa de Integração do Menor à Comunidade), da Secretaria de Promoção Social. Em seus relatórios, dizia atender a 1.020 menores. Na investigação realizada, constatou-se o atendimento a apenas cerca de 200 menores.

O relatório da investigação é de abril. No dia 10 de junho, por solicitação do juiz, o pediatra Jerzy Cickecki preparou um relatório sobre as condições físicas dos menores. Constatou a incidência de desnutrição nos seus vários graus em praticamente todas as crianças. Todas elas eram vítimas de piодermia (feridas purulentas na pele), a maior parte atacada por sarnas e piolhos. Pior: "No grupo das crianças menores observamos o desenvolvimento psicomotor retardado, causado inclusive pela falta de estimulação".

Apenas um setor era razoavelmente organizado: o fichário, com o nome das famílias que recebiam cestas de alimentos, repassadas do Pronutre, outro programa da Secretaria de Promoção Social. Em cada pasta, a ficha da família, o atestado de pobreza e as informações sócio-econômicas. No final, um item específico, sobre as "condições ideológicas", onde se perguntava: "O que acha do atual sistema de governo? O que acha do governador do Estado? O que acha do deputado Nabi? Se for para pedir aos filhos, parentes, amigos para votarem em candidatos indicados por alguém que sempre o ajudou, faria isso?".

No questionário, o entrevistado era avisado para observar a reação do entrevistado e responder se fora: a) sincero; b) falso; c) indiferente; d) indeciso.

Com a intervenção, o quadro começou a se modificar. A família Chedid ainda tentou forjar algumas provas, reunindo menores na diretoria e obrigando-os a gravar depoimentos favoráveis a Saada. O fato foi denunciado ao juiz.

Enquanto o inquérito prossegue, a cidade tenta reparar o mal que durante anos permitiu ser cometido contra as crianças. Grupos de voluntárias têm comparecido ao Sama e as doações avolumam-se, assim como os protestos, principalmente após a abertura da despensa quando se constatou a existência de grande quantidade de cobertores e alimentos não utilizados.

Mas muito do mal não poderá mais ser reparado. O pediatra Jerzy julga que muitas das deficiências mentais provocadas por maus-tratos são insanáveis. E a cidade começa a ser tomada por um generalizado sentimento de culpa. Como no artigo de Francisco César de Araújo, publicado ontem em um dos jornais locais:

"Os acontecimentos do SAMA eram, de longa data, de conhecimento público. Sabíamos, todos nós, da existência desse 'campo de concentração' embaixo do nosso nariz e nenhuma ou quase nenhuma providência tomávamos. (...) Para todos, dona Saada é a responsável e deve, de uma forma ou outra pagar por isso. Simples, não? Espantosamente simples. Faça-se justiça, ao postar os culpados e poderemos tranquilamente nos sentar à mesa e saborear sem receio nossa simpática comidinha caseira, a qual nada demais contera que o sabor, a higiene e os nutrientes básicos inexistentes naquela que durante anos e anos foi servida às crianças — com nossa complacência ou anuência, até mesmo por compactuação".

No processo de conquista de sua identidade própria, a criança ganhará muito com o convívio de seus avós, pela noção de pertencer a uma família e a uma sociedade.

A criança e seus avós, aprendendo o passado e o futuro.

A visão popular de que avós são "pais com açúcar" contém muita verdade, pois significa que há um profundo envolvimento afetivo entre os avós e a criança, além de mostrar que esse relacionamento pretende viver somente os momentos agradáveis, tanto para eles como para os netos.

Entretanto... nem sempre é apenas isso o que ocorre. Sem dúvida, a maioria dos avós tem mais tempo para conversar, brincar ou passear com a criança do que seus pais — geralmente assoberbados com as tarefas da vida diária — e talvez por isso mesmo se superidentifica com ela, tomando então sua "defesa" quando os pais impõem limites ou exigem disciplina. E como se esses avós quisessem transformar a vida da criança em uma sucessão de prazeres e alegrias, deixando de lado o processo de inculcar responsabilidade e compreensão da realidade. Evidentemente a criança ficará com uma imagem pouco clara do que seja a disciplina, percebendo que para alguns dos adultos que ama trata-se de algo importante e para outros é um conjunto de exigências descabidas.

Exatamente o oposto ocorre em outras famílias, quando os avós exigem rigor disciplinar de pais mais flexíveis ou permissivos. O prejuízo para a criança é o mesmo: confusão entre o que é permitido e proibido, confusão dos valores em relação à disciplina, sensação de ter o poder de envolver os adultos em discussões — o que lhe causa depois sentimento de culpa — e, por fim, tanto neste caso como no anterior, a tendência de manipular a situação para conseguir aquilo que deseja; sem escutar explicações e sem aceitar os limites que a realidade impõe. A consequência final para a criança é uma imaturidade social pelo fato de permanecer egocêntrica muito mais tempo do que o esperado em seu desenvolvimento.

Se o ideal em relação à disciplina é que não haja invasão dos avós na área de autoridade dos pais, ainda está contido nesse ideal um esforço por manter a coerência das normas, proibições ou estímulos positivos usados por todos. Ora, não apenas com repreensões (ou discussões sobre a validade das repreensões) a criança está sendo educada, mas também com o uso de estímulos positivos — sejam elogios, manifestações de afeto ou presentes materiais. Se os avós a acumulam de presentes, dinheiro e roupas, como recompensa por um comportamento que consideram adequado, é possível que a criança comece a "vender" seu bom comportamento, ao invés de percebê-lo como desejável pelo simples fato de viver em sociedade. Além do mais, um excesso de presentes vai conduzir a criança à inevitável confusão entre amor e bens materiais, entre seu valor como pessoa e como possuidora de objetos.

Em relação a esse ideal de que não haja invasão dos avós na área de autoridade dos pais, um problema especial aparece quando o casal jovem é dependente econo-

micamente do casal mais velho (sejam avós maternos ou paternos), mais complexo ainda quando vivem todos na mesma casa. A falta de um espaço físico próprio e a permanência de um vínculo de dependência criam no casal de pais uma sensação de fraqueza ou de imaturidade, como se ainda fossem adolescentes; isto for-



çosamente vai se revelar na incoerência de disciplina da criança ou até em uma completa omissão dos pais, deixando a educação do filho totalmente por conta dos avós.

É inegável que a ajuda prática dos avós estimula a segurança dos pais, principalmente em relação à educação do primeiro filho, quando se sentem muito inexperientes. Se há bom senso de ambas as partes, mesmo existindo fases de certa dependência dos avós, os pais progressivamente se sentirão mais hábeis no manejo rotineiro da criança, menos ansiosos frente a pequenas doenças e assumirão seu papel de responsáveis pela filho, definindo com clareza seus princípios educativos.

As preferências

A preferência, consciente ou inconsciente, por um neto determinado poderá desencadear problemas em toda a família e é bem mais frequente do que a preferência manifestada por um filho. O único recurso para essa situação é um diálogo franco e sem agressividade entre pais e avós. Não esqueçamos que há sempre traços de personalidades que se complementam entre um avô e um neto, traços de temperamento que são mais fáceis ou difíceis para avós aceitarem nos netos, habilidades em comum que facilitam uma tarefa, um "hobby", um esporte conjunto; talentos artísticos que um reconhece no outro e assim por diante.

Há ainda o neto que preenche as fanta-

sias inconscientes dos avós como sendo o filho que não tiveram, como a criança que gostariam de ter sido — e nada disso se altera por um simples esforço de vontade. Pode ser impossível igualar em uma única medida o afeto que se tem por vários netos, mas é sempre possível igualar as demonstrações do afeto...

Aliás, o mesmo processo ocorre nos netos, que terão sempre um avô ou avó mais querido, em função dos mesmos fatores que tentamos enumerar — temperamento, habilidade, interesse, talentos, etc.

Um aspecto importante no relacionamento da criança com os avós consiste na percepção das deferências físicas entre adultos jovens e idosos e na aceitação de que são fases naturais do desenvolvimento humano. A criança de 4 ou 5 anos tem ainda o que significa 10 anos ou 40 anos de vida, mas já diferencia essas características físicas. Crianças de 10 ou 12 anos compreendem a abstração, podem imaginar os períodos de vida em termos de anos

(embora provavelmente considerem uma pessoa de 18 ou 20 anos como "velha"...) e usam com frequência a idade dos pais e avós como marcos de evolução. A convivência com avós ajuda a evitar a formação de preconceitos sobre a fraqueza ou inutilidade dos mais velhos, pois a criança tem contato com todas as suas capacidades e sua sabedoria de vida, de maneira bastante realista.

Outro terreno importante no relacionamento entre netos e avós se refere à possibilidade de ouvir deles histórias sobre os familiares, sobre a vivência de tempos que a criança só conhece como frias descrições de livros didáticos (Meu avô falava da guerra do Paraguai, eu provavelmente vou falar de Getúlio Vargas...) e sobretudo pelos relatos da vida de seus pais quando eram crianças. Tudo isso faz parte do processo em que a criança adquire sua identidade própria, seu senso de pertencer a uma família e a uma sociedade.

Estamos vivendo uma transição entre a época em que os avós estavam totalmente disponíveis para a família, e em especial para os netos, e uma outra em que a vida pessoal dos avós é ativa, repleta de estímulos variados e tão importante quanto o relacionamento com a família. Em ambas as épocas, porém, é mais fácil ser neto do que ser avô... □

Dulce V. M. Machado

É psiquiatra e foi diretora do Serviço de Higiene Mental do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, durante 25 anos.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Data

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Covas libera 600 milhões

EST. SP. 29/6/83

para as creches

O prefeito Mário Covas liberou ontem Cr\$ 600 milhões para pôr em funcionamento metade das 68 creches espalhadas por vários bairros que estão prontas mas fechadas por falta de infraestrutura e pessoal. A outra metade será administrada mediante convênios com entidades assistenciais. Há duas semanas, um grupo de mães esteve na Prefeitura para pedir a abertura dessas creches e obteve a resposta de que não havia verbas. Ontem, durante reunião com a secretaria da Família e Bem-Estar Social e com o secretário das Finanças, o prefeito decidiu liberar o dinheiro e autorizar os convênios.

Covas também formalizou ontem o pedido de Cr\$ 42 bilhões ao Finsocial para o atendimento das "áreas críticas habitacionais". Esse dinheiro será aplicado em 400 favelas da periferia que correm o risco de desabar e têm problemas com enchentes, ou que estão envolvidas em processos de reintegração de posse de terrenos. A verba será usada ainda no auxílio a sete mil famílias que moram em cortiços na área central da cidade e que correm o risco de despejo.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *01/07/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

**Movimento reivindica
abertura de creches**

FSP 1/7/83

Cerca de 200 representantes do Movimento de Luta por Creches e de entidades femininas de bairros reivindicaram ontem ao prefeito Mário Covas a abertura de 68 creches construídas na administração passada, mas que não estão funcionando.

O prefeito prometeu colocar as creches em funcionamento mas não concordou com a reivindicação do grupo sobre as unidades conveniadas. Segundo as representantes do Movimento, elas não solucionam "o problema da mãe trabalhadora, pois implica no pagamento de uma taxa extra, o que é totalmente inviável para a maioria". No entanto, Covas disse que "o importante é que as cláusulas de um eventual convênio sejam estudadas em profundidade pela Prefeitura e associações interessadas. Ele prometeu não tomar nenhuma decisão sem a participação da comunidade, e que "nenhum funcionário de creche será dispensado e as mães não terão de pagar qualquer taxa para manter seus filhos nessas unidades".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*

Data: *05/07/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creche inacabada provoca protestos

FISP 5/7/83
A decisão da Secretária da Família e Bem-Estar Social da Prefeitura de adiar em uma semana a entrega da creche construída no Jardim Ester Iolanda, no Butantã, provocou ontem protestos dos moradores e reações contra a hipótese de esta e outras unidades virem a ser dirigidas por entidades particulares, mediante convênio com a Prefeitura.

Ao justificar o adiamento da data de entrega da creche, a secretária Marta Teresinha Godinho explicou que as obras destinadas a evitar infiltração na junta de dilatação não foram concluídas na sexta-feira, conforme previsto, e que exigirão ainda mais oito dias de trabalho por parte da equipe encarregada. Ela acrescentou que a exemplo da unidade do Jardim Ester Iolanda, há outras 67 creches já concluídas mas que ainda não apresentam condições de funcionamento, por terem sido executadas a "toque de caixa" pela administração anterior, com fins políticos.

De acordo com Marta Teresinha Godinho, o governo anterior não fez também qualquer previsão orçamentária visando à manutenção das creches, outro motivo que vem atrasando a abertura e o efetivo funcionamento das unidades já prontas.

Essa falta de recursos justamente está levando a Prefeitura a cogitar na entrega das 68 creches a entidades particulares, o que se constituiria, no entender de Lourdes Peres Cardoso de Andrade, do Movimento de Luta por Creche da Zona Norte, no mesmo erro cometido pela administração passada.

A Prefeitura mantém atualmente 425 creches em funcionamento e, destas, 272 são conveniadas com entidades particulares. A atual administração colocou em funcionamento apenas nove unidades nos três primeiros meses de governo e está ainda estudando o que fará com as 68 já concluídas. As metas são a construção de mais seis creches até o final do ano, 331 em 1984, 459 em 1985, 497 em 1986 e 188 em 1987.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Ost. São Paulo

Pasta n.º

Data:

05/07/83

N.º do recorte

Pág.

Pessoal das creches não quer convênio

Preocupados com a possibilidade de a Prefeitura transferir para particulares a administração das creches municipais, funcionários reunidos na União Nacional dos Servidores Públicos anunciaram, ontem, sua intenção de "ir às últimas consequências" — até mesmo com a paralisação de suas atividades — para evitar que isso aconteça. Eles temem o desemprego de aproximadamente cinco mil pessoas e são contrários às condições de trabalho adotadas nas entidades particulares.

Segundo Dirce Maria Eduardo Prado, que trabalhou durante três anos numa creche conveniada, nesses estabelecimentos os funcionários chegam às 7 e saem às 18 horas (com duas horas para almoço) e uma única pajem é responsável por até 30 crianças. Nas creches municipais, ao contrário, elas conseguiram reduzir a jornada diária para seis horas e 36 minutos, benefício que pretendem assegurar também aos demais empregados — cozinheiros, auxiliares de cozinha, lavadeiras, faxineiras e passadeiras.

Reivindicação nesse sentido foi encaminhada ao prefeito Mário Covas no dia 23 de maio, o que levou o presidente da UNSP, Miguel Pinto Magalhães, a concluir que "a ameaça

dos convênios é uma manobra política para fugir do pedido feito pelos funcionários". O argumento para a redução da jornada é que "trabalhar com crianças causa um desgaste muito grande".

Na maioria das creches, como a do Parque Santo Antônio, as pajens receberam comunicado de que irão pagar Cr\$ 2 mil mensais pelas refeições, e também não concordaram com isso. "Nós comemos a refeição que sobra das crianças, e quando elas estão com mais fome, temos uma porção menor", argumenta Maria Célia Matias. Outra preocupação é que as funcionárias não possam mais levar seus próprios filhos para as creches e, por isso, aguardam a definição do prefeito também nesse ponto.

Maria Célia conta, ainda, que a secretária do Bem Estar e da Família, Marta Terezinha Godinho, alegou que o custo de Cr\$ 61 mil mensais para cada criança na creche (incluindo salários de Cr\$ 50 mil para as pajens) é alto e, por isso, haverá necessidade de firmar convênios com grandes empresas. "Mas não se pode esperar nada delas — argumenta Maria Célia — quando não cumprem sua própria obrigação de manter uma creche dentro da empresa para as suas funcionárias." Além disso, elas temem que as creches conveniadas passem a cobrar mensalidades das mães, quando as municipais são gratuitas e utilizadas principalmente por filhos de do místicas.

Atualmente, a Prefeitura mantém 148 creches em funcionamento, com três mil pajens.

D Dulce abre creche da LBA na Vila do João

"Salve, salve, D Dulce. Salve a Vila do João. Todos juntos, trabalhando, BNH e Legião". *J. Brasil 6/2/83*

O coro — inspirado no refrão da Asa Branca, de Luis Gonzaga — foi cantado por um grupo de funcionários da LBA (Legião Brasileira de Assistência) e entusiasmou D Dulce Figueiredo. Esta foi uma das muitas homenagens à também presidente de honra da LBA, que ontem inaugurou uma creche na Vila do João (que integra o Projeto Rio).

A creche ganhou o nome de Tia Dulce e se destina principalmente aos ocupantes das casas multicoloridas do Projeto Rio (antiga favela da Maré), com prioridade para as famílias em que as mulheres trabalhem. É o caso de Eliane Muzy de Oliveira, auxiliar de escritório que, aos 26 anos, teve que abandonar o emprego para cuidar da pequena Michelle, de 1 ano e três meses.

A principal homenageada da tarde, D Dulce Figueiredo, chegou pontualmente à creche às 15 horas. Cercada por seguranças muito nervosos, D Dulce respondeu a uma pergunta logo ao chegar: "Como está a saúde do Presidente?"

— Está ótima. Ele está bem — respondeu, séria.

Trajada com simplicidade — vestido de couro e camurça verde, pulseira e colar de ouro, brincos dourados com pérolas fazendo conjunto com o colar — D Dulce fez um passeio pelas dependências da creche, cujas salas estão funcionando normalmente desde 18 de maio. D Dulce recebeu um buquê de flores de Aline Sousa Mendes, 3 anos, numa homenagem planejada — segundo as professoras — pela direção da LBA.

Houve pedidos à Primeira-Dama — como o do Clube do Otimismo, que reúne paraplégicos e que conseguiu a promessa de uma audiência — um presente, da Associação de Donas-de-Casa — o "bolo do boicote" (feito sem trigo, leite e ovos), que foi doado às crianças da creche — e, além da canção cantada pelo coro da LBA, houve também a execução de algumas músicas ao acordeom de Virginia Machado da Silva, uma "jovem" de 76 anos, que tocou em homenagem aos velhos e esquecidos da LBA.

— Fiz 13 pontos na Loteca — disse Virginia, comentando sua conversa com D Dulce.

CRECHE-APARECHE

O CIRCO VOADOR ABRE A LONA PARA AS CRIANÇAS

Susana Schild

ALEXANDER Neill, autor de *Liberdade Sem Medo*, criador da Escola da Summerhill — Inglaterra, início da década de 60 — certamente perderia a cabeça diante do cotidiano que ocorre, há três meses, o Circo Voador, na Lapa. Das 8h às 11h30, há 60 crianças, entre quatro e oito anos, frequentam a Creche-Apareche, mediante o pagamento de Cr\$ 100 a entrada, sem obrigatoriedade de frequência, qualquer compromisso ou burocracia. Para as mães e pais dessas crianças, a grande maioria de baixo poder aquisitivo, o Circo é não só a única possibilidade de sol, lazer e espaço, como também o único local onde deixar as crianças na parte da manhã. Nos mesmos moldes da Creche, está funcionando em julho — das 8h ao meio-dia — uma colônia de férias.

A agitação esquentava as crianças, que logo ao chegar penduram casacos e camisas numa corda diante do Circo. Por um máximo de Cr\$ 2 mil por mês, se a criança frequentar a Creche-Apareche todos os dias, ela tem acesso a Artes Práticas, em geral, concerto que engloba as várias oficinas a sua disposição.

Na oficina de brinquedos, sob orientação de Chico La, as crianças marionetas, serras, fazem carros, caminhões, igrejas e castelos, aproveitam todo o material possível, muita sucata, para suas criações. Na máquina de costura, Jana Castanheira ajuda a transformar desenhos e moldes em bonecas.

Sem música, dança, shows diversos, aulas de *do-in*, *tao-chi-chuan* já atraíram milhares de pessoas ao Circo Voador, esse público cativo mirim também tem todas as chances de "curtir o corpo numa nice", frequentando a oficina do corpo e as aulas de expressão da criatividade. Pedacos de pano e recortes de jornais transformam-se em mágicos fantoches; gatos, cachorros e ratos aparecem através de pedacos de papel, fazem rir, encantam.

Qualquer visitante certamente se encantará ao ver meninos jogando bola no piseiro. Afinal, apenas "não atrapalhar o outro" é o lema da Creche-Apareche. Para a maioria das crianças, confinadas em pequenos apartamentos, a horta e a possibilidade única de mexer com terra, acompanhar o crescimento de milho, feijão, abóbora, abobrinha, beterraba, tomate, alface, sob a orientação de Jirapour Oliveira, ator e agricultor, que trouxe de Pinheiro Alto, Serra da Paraisópolis, onde nasceu, o dom de fertilizar uma terra até pouco tempo ocupada por detritos da construção da metrô. Ele acompanha a perda de medo das crianças, no contato com a terra, com lagartas e carunchos que tenham em

Por Cr\$ 100 as crianças podem participar da vida livre, plantando uma horta, fazendo teatro, pintando e desenhando. Tudo sob a inspiração da lona azul do Circo Voador

B

sobreviver no Centro da Cidade. E, se o mundo entre as lonas de um circo reserva surpresas inimagináveis, certamente poucas pessoas poderiam supor que, no fundo do Circo, integrando a Creche-Apareche, criam-se ratinhos, patos, porquinhos-da-india, coelhos e colônias, regidamente alimentados pelas crianças.

Para elas, certamente dirigirse diariamente a um grande circo azul deve ter ares de triunfo. Os coordenadores da Creche, os irmãos Bebeto Baia (ator com trabalho em Loucaque) e Cesar Baia (professor de Matemática em vias de preparar sua tese na Universidade Federal Fluminense), definem sua linha de trabalho: a prática, o dinamismo das atividades, a realidade substituindo teorias sofisticadas, a vivência da liberdade, da arte, do convívio espontâneo com adultos e crianças.

Sob patrocínio do Ponto Frio, a Creche-Apareche funciona com 11 funcionários (entre médicos, psicólogos, a listos) e quatro voluntários, com o Teca, que diariamente vai de carro de Ipanema a Lapa, para ficar com as crianças.

— É um trabalho aporranante — justifica.

Igualmente, a médica Zéze Poleza, também atriz, explica por que depois de formada pela Faculdade Nacional de Medicina, em 1978, e com especialização em Saúde Pública, encontrou no seu trabalho na Creche a primeira satisfação profissional na área de Medicina.

— Aqui se tem a possibilidade de trabalhar as crianças nulas da

doença, dar-lhes noção de saúde, ajudá-las a transitar sem ansiedade os machucados, num trabalho muito mais rico do que em consultório ou na rede estadual, que só atendem a doença. Prefiro trabalhar a saúde.

Se, para as crianças, dramatizações, música, mexer com ferramentas, com a terra, cuidar dos bichos, ler poemas de corte e costura, ou pular-se de ir ao Circo diariamente tem um ar de brincadeira, para a maioria das mães e pais a motivação é basicamente a necessidade de possibilitar aos filhos um pouco de lazer.

Os coordenadores lembram que a grande maioria das 60 crianças que diariamente frequentam a creche tem entre quatro e seis anos, justamente a faixa não atendida pelo município. Se bem que crianças da Zona Sul também frequentem a Creche-Apareche, a maior parte vem das ruas próximas, Avenida Mem de Sá, Rua do Lavradio, Ladeira de Santa Tereza, Praça da Bandeira.

Nelson Duarte Silva, por exemplo, leva três vezes por semana seu filho Bruno, de cinco anos (ele é aluno avulso), explica, ao Circo Voador. Atualmente desempregado — trabalhou 20 anos como motorista do Ministério das Minas e Energia — vê no Circo a única possibilidade de lazer, espaço e sol para Bruno. Para Maria Aparecida da Paixão, funcionária da INAMPS, o Circo foi a salvação: não teria com quem deixar as crianças, que estudam à tarde em dois bolsistas de um colégio.

— Como poderia trabalhar de

manhã se não tenho com quem deixar as crianças? — pergunta.

Felício, do Camisa do Flamengo, morador da Fundação Progresso, via sozinho, diariamente, a escola. E, na saída, mãos humildes, que trabalham como domésticas, em padarias, pegam as crianças, que levam pinturas em madeira, desenhos coloridos para casa — onde a maioria não tem material do gênero para brincar.

Para Fatima Furtado, que mora na Rua do Lavradio, a Creche-Apareche tem um significado muito especial: mora com o marido (garçom em Copacabana, salário de Cr\$ 50 mil) e duas filhas em quarto aluguel de Cr\$ 24 mil. No corredor as meninas podem brincar. E, depois de frequentar a Creche há mais de um mês, a mãe observa que Fernanda, 3 anos, franjinha, cabelo comprido, está mais calma. Em tratamento na LBA e ainda no Instituto de Neurologia, a menina tem graves problemas "de cabeça", segundo a mãe.

— Depois que ela passou a brincar, pelo menos de manhã, ficou bem mais calma.

A psicóloga Ana Rosa Melo vive no dia-a-dia da Creche uma prática bem distante dos livros de Psicologia. E observa que muitas vezes uma criança passa mais indicada por a eu nome outra, como o caso de Juliana Tapes, com 4h40, filha de uma mãe que não quer que ela cresça, que pega Fernanda pela mão para levá-la ao banheiro, pegar o brinquedo de outra criança.

Homero/eca / puc / 80

7/7/83

J. Brasil

Recebe

Clube de Mães: força de libertação

Desde os primeiros dias do mês de abril deste ano, no Parque Sta. Madalena, está operando uma nova força que visa conscientizar a mulher e palmilhar com ela o seu caminho de libertação: é o Clube de Mães da Paróquia da Reconciliação.

Além de partilhar as próprias experiências e os problemas de todos os dias, estudando também formas de planejamento familiar, este grupo de mulheres começou cedo a cuidar de algumas crianças deficientes da paróquia, com um serviço voluntário de dois dias por semana, doando a elas amor e carinho e a preciosa possibilidade de encontrar na comunidade um ambiente amigo e familiar. A saída da marginalização para estas crianças significou começar um novo pro-

cesso de desenvolvimento das próprias possibilidades, superando os primeiros obstáculos da complexa situação em que vivem. As atividades deste Clube de Mães não se limitaram a isso, mas com a ajuda e assessoria de várias pessoas, entre as quais a vereadora Ireda Cardoso do PT, procuraram encarar sérios problemas sociais. Convencidas que "de cima" não vem nada de graça para os pobres se não há união e luta, começaram a procurar a justiça e a verdade frente a algumas situações que os alunos da escola Brasília Machado Neto, na Rua Octacílio Cunha, são obrigados a aceitar. As mães denunciaram à diretoria as seguintes irregularidades:

1) A recusa de matricular as crianças, e a forte pressão exercida sobre os pais dos

alunos, que não tinham condições de pagar a taxa da APM (Associação de Pais e Mestres), que por lei é facultativa;

2) A questão das camisetas de Educação Física cujo preço, nas outras escolas é de 800 cruzeiros, na Brasília Machado é de 1.800 cruzeiros. Além de serem obrigatórias, estas camisetas foram a causa de um tratamento humilhante e discriminatório por parte da diretora para com várias crianças carentes que, por falta de recursos, tiveram que pintar uma simples camiseta branca;

3) O problema das rifas, que pela mesma diretora e todo o corpo docente eram as crianças forçadas a venderem com a promessa de pontos a mais para quem conseguia vender todas. Até que numerosas famílias compraram todos os números para não prejudicar os próprios filhos, sem nunca saber quem era o vencedor, a não ser as últimas duas, mas só depois da intervenção do Clube de Mães.

Em seguida, a atitude da diretora e dos professores foi como uma verdadeira manipulação para com as mães não conscientizadas, usando todos os meios para pisar e envergonhar diante de todos o grupo de mulheres que teve a coragem de promover esta ação.

Também na reunião

que ocorreu no dia 30 de junho, pouco espaço foi concedido ao povo e às mães para que manifestassem suas reivindicações, e sobretudo as intervenções dos professores procuraram desviar a discussão e promover o "papo" de sempre que não apresenta soluções e esclarecimentos porque não atinge a raiz dos problemas.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Setor Sapopemba apoiando a luta deste Clube de Mães quer reivindicar o direito dos pais, que pagam impostos, de ter uma escola justa e sem discriminações. A escola não é nem da diretora e nem dos professores que não têm o direito de chamá-la "nossa", exclusivamente, pois é fruto das conquistas e do suor do povo, e por isso pedimos justiça sabendo que ficar calados diante desta realidade é concordar e prolongar a longa série de opressões que todos os dias somos obrigados a aceitar. Os "grandes" têm medo de "sujar o nome da escola"; os pobres sabem que este só pode ser perstigiado quando, finalmente, naquele mesmo prédio puderem ter a possibilidade de morar a justiça e a verdade!

Clube de Mães da Paróquia da Reconciliação
Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Setor Sapopemba

Fabes debate funcionamento das creches

Representantes do Movimento de Luta por Creches, da Pastoral do Menor e do Movimento de Creches Conveniadas estiveram reunidos, ontem, por cerca de 3 horas, com a secretária municipal da Família e Bem Estar Social, Marta Terezinha Godinho, na sede do órgão, para discutir os critérios de funcionamento de novas creches que futuramente entrarão em funcionamento. Inicialmente o encontro tinha como principal objetivo informar a secretária sobre pesquisas realizadas pelas entidades sociais sobre a possibilidade da realização de convênios para creches na periferia, mas diante da escassez de dados concretos apresentados, acabou tornando-se uma espécie de assembléia, como troca de acusações e "radicalismos", na interpretação da representante da Prefeitura.

O saldo da reunião foi a formação de duas comissões — para estudar a redução dos custos nas creches e para analisar as propostas de convênios que serão firmados futuramente — com a participação de representantes indicados pelos movimentos populares e por técnicos escolhidos pela FABES. Desde já, no entanto, está certo que a Prefeitura somente manterá convênios com as entidades que permitirem a participação direta nas creches de comissões de pais, atenderem a população gratuitamente e recrutarem para o trabalho interno com as crianças moradores da área onde se instalarem.

Após muita discussão, os representantes do Movimento de Luta por Creches admitiram que aceitarão a instalação de creches conveniadas, mas demonstraram que prioritariamente preferem as creches diretas, isto é, as mantidas exclusivamente com recursos da Prefeitura. Marta Godinho convenceu-os com a argumentação de que "qualquer convênio que vier a ser firmado terá de contar com o aval desta comissão que agora está sendo formada e obedecer aos critérios que vocês formularam".

Durante o encontro, a secretária revelou aos cerca de 30 presentes que já manteve entendimentos com o prefeito Mário Covas no sentido de ele apresentar projeto de lei à Câmara para criar um Fundo de Assistência ao Menor, com recursos provenientes do empresariado. Ela destacou a falta de verbas que sua Pasta tem para arcar com os custos das creches e explicou: "Já há uma lei que obriga as empresas com um certo número de empregados a manter uma creche em seus locais de trabalho, mas isso não atende plenamente à família trabalhadora, pois o ideal é que elas existam em seu próprio bairro." Assim, acatando sugestão da Pastoral do Menor, ela propôs ao prefeito a criação do Fundo, para que as empresas destinem recursos para a instalação de novas creches.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha São Paulo*Data: *23/07/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creche quer verba de "padrinhos"

AMERICANA — Para tentar resolver a crise financeira que está enfrentando, a Creche São Vicente de Paula, de Americana, está pedindo às mães das crianças internas que adotem "padrinhos" que possam contribuir com Cr\$ 5 mil mensais já que o seu estatuto proíbe que elas paguem pela assistência aos filhos.

A creche que atende a 150 crianças, é mantida pela Febem, Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Prefeitura, recebendo, mensalmente, Cr\$ 560 mil, mas gasta, apenas com os empregados, Cr\$ 350 mil por mês, segundo informou o presidente da entidade, José Moreno. Diante dessa situação, José Moreno decidiu pedir que as mães arranjem "padrinhos" dispostos a contribuir para a manutenção da creche. "Se não conseguirmos essa ajuda, teremos que deixar de atender cerca de 40 crianças", explicou. *F/SP 23/7/83*

Além dessa contribuição mensal, José Moreno está estudando a possibilidade de alugar os espaços vagos da creche, que ocupa uma parte da casa situada na avenida Campos Sales, para festas de casamento e aniversário, "porque dessa forma conseguiremos mais Cr\$ 200 mil por mês".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Folha de São Paulo*
Data *23/12/83*
Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

***Prefeitura vai abrir
em um mês 24 creches***

F/SP 23/12/83
A Prefeitura deverá colocar em funcionamento, dentro de 30 dias, 24 creches construídas na administração passada, mas que ainda não estão abertas devido à necessidade de alguns reparos e de pessoal. Nos últimos dias foram abertas outras 13 unidades, também construídas na gestão passada, informou a secretária Marta Terezinha Godinho, da Família e Bem-Estar Social.

As 13 creches postas em funcionamento estão instaladas em Campo Limpo (2); Freguesia do Ó; Santo Amaro (3); Santana-Tucuruvi; Vila Mariana; Vila Prudente; São Miguel-Ermelino Matarazzo; Mooca e Pirituba-Perus (2).

Osasco quer fechar sua nova creche

O novo prefeito de Osasco, Primo Borseghini (PDS), "está ameaçando fechar uma creche mantida pela comunidade do Jardim Veloso", segundo denúncia de mães à "Folha Emergência", Isaura Boiça Costa, do Clube de Mães, afirma que a creche funciona "com alimentos conseguidos entre os moradores. Atendemos aqui onze crianças cujas mães trabalham fora e não têm onde deixá-las. Também somos donas de casa e trabalhamos aqui sem ganhar nada, como voluntárias, para ajudar quem precisa". A mulher do prefeito, Maria Borseghini, garantiu ontem que a creche não tem condições de funcionamento e que a Prefeitura não tem dinheiro para mantê-la.

A creche, segundo as mães, foi inaugurada no último dia 6 de junho pelo então prefeito Guaçu Piteri, que prometeu fazê-la funcionar a partir de 23 de junho. "Adiaram para o dia 29 e nada. Fomos à Prefeitura e dona Maria Borseghini prometeu que entraria em funcionamento dentro de vinte dias. Hoje apareceram funcionários da Prefeitura dizendo que iam fechar porque não havia dinheiro para manter isto aqui", contaram elas, ontem à tarde.

INSCRIÇÕES

Poucos dias depois da inauguração, segundo as mães, foram abertas as inscrições e houve 126 pedidos de vagas. As onze crianças que obtiveram a vaga foram escolhidas "entre as mais pobres, cujas mães trabalham fora", disse Isaura Boiça.

As voluntárias do Clube de Mães admitiram que "realmente a creche está muito ruim. É muito pequena e não tem berçário, refeitório e banheiro, mas o antigo prefeito prometeu que iria reformar a casa e nós estamos esperando que o novo prefeito o faça. Fomos nós que conseguimos achar essa casa para a Prefeitura alugar e não há outras disponíveis no bairro. Queremos ficar aqui mesmo".

Maria Borseghini, no entanto, acha que a casa é um perigo. "Há um poço no quintal que pode dar problema. Acho mesmo que se o Juizado de Menores visse as condições da casa nos obrigaria a fechar."

No final da tarde, o secretário de Promoção Social da Prefeitura, Jorge Kfour, prometeu resolver o problema e marcou uma reunião com as mulheres do Clube de Mães, para a noite. Propôs, no entanto, que o diálogo fosse com apenas dez mulheres, "para não dificultar". Maria Lucimar Farias da Silva, do Clube de Mães, afirmou que as mulheres preferiam que a reunião fosse feita na igreja, com a comunidade, "para todo mundo saber o que vai acontecer e qual será a solução".

Moradores ameaçam invadir creche

Prédio está pronto e equipado, mas ainda não entrou em funcionamento

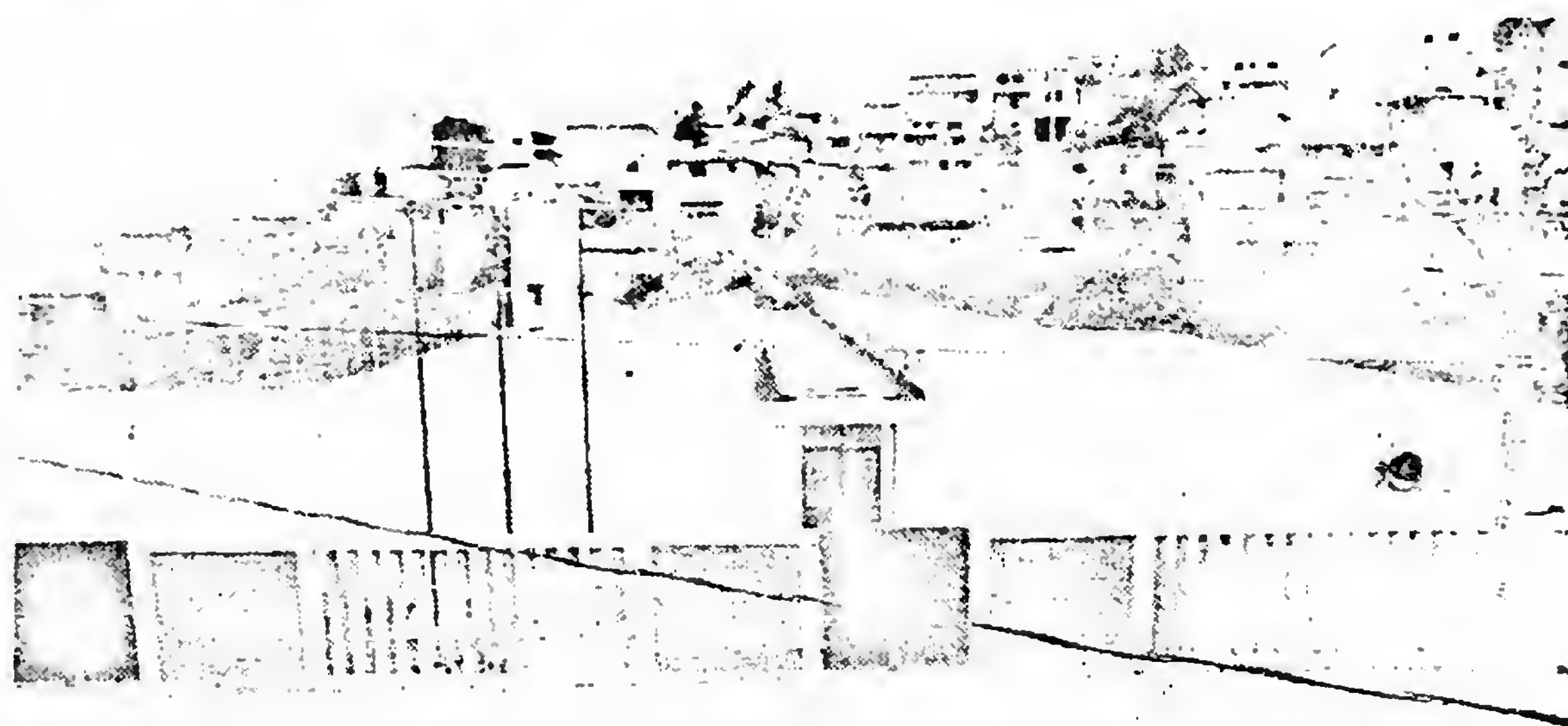
Os moradores do Jardim João 23, no Butantã, ameaçam invadir e depredar a creche da rua São Sebastião, 69, caso a prefeitura não a coloque em funcionamento nos próximos meses. Concluída há mais de meio ano, a creche está totalmente equipada, com funcionários selecionados e, inclusive, uma diretoria contratada, recebendo um salário de cerca de Cr\$ 200 mil, desde novembro. Esta, porém, não é a única creche paralisada na região. Existem pelo menos outras três, quase na mesma situação: as do Jardim Boa Vista, Jardim Julieta e São Domingos.

Apesar de construída às pressas pelo então prefeito Reinaldo de Barros, a creche da rua São Sebastião tem bom acabamento e conta com todos os benefícios exigidos pelo movimento de mulheres da região: piso de paviflex, berçário, banheiras com chuveirinhos, colchonetes, quadrados, mesinhas, máquinas de lavar e de secar e duas cozinhas, com botijões de gás. Luis Eduardo Farias, o zelador da creche, recebe Cr\$ 30 mil mensais, para cuidar dos equipamentos. Ele conta que não tem o que fazer. De manhã faz "Cooper" em volta do terreno e, à tarde, tira uma "bela soneca".

Revolta

Os moradores do bairro estão revoltados com esta situação. Dizem que a creche não funciona porque se recusaram a aceitar a proposta do prefeito Mário Covas de operá-la em convênio com alguma instituição. Augusta Andrade da Silva conta que, a pretexto de falta de verbas, a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) vem pressionando as mães para que concordem com o convênio. Em razão destas divergências — explica uma assistente social do Butantã — "68 creches da Prefeitura ainda não entraram em funcionamento, embora estejam concluídas".

O fundador e ex-presidente da SAB do Jardim João 23, Elio Pereira Gomes, atual oficial de gabinete da Ad-



Já há funcionários e uma diretora contratados para trabalhar no local



O zelador recebe Cr\$ 30 mil mensais, para cuidar dos equipamentos

ministração Regional do Butantã, "repudia a proposta do prefeito Mário Covas de implantação de creches conveniadas". Para ele, com valor de Cr\$ 62 mil pagos por criança, conforme dados da própria Fabes, e mais os encargos trabalhistas, nenhuma entidade teria condições de suportar a manutenção de uma creche.

Sem data

Eleni Micheleti, diretora contrata-

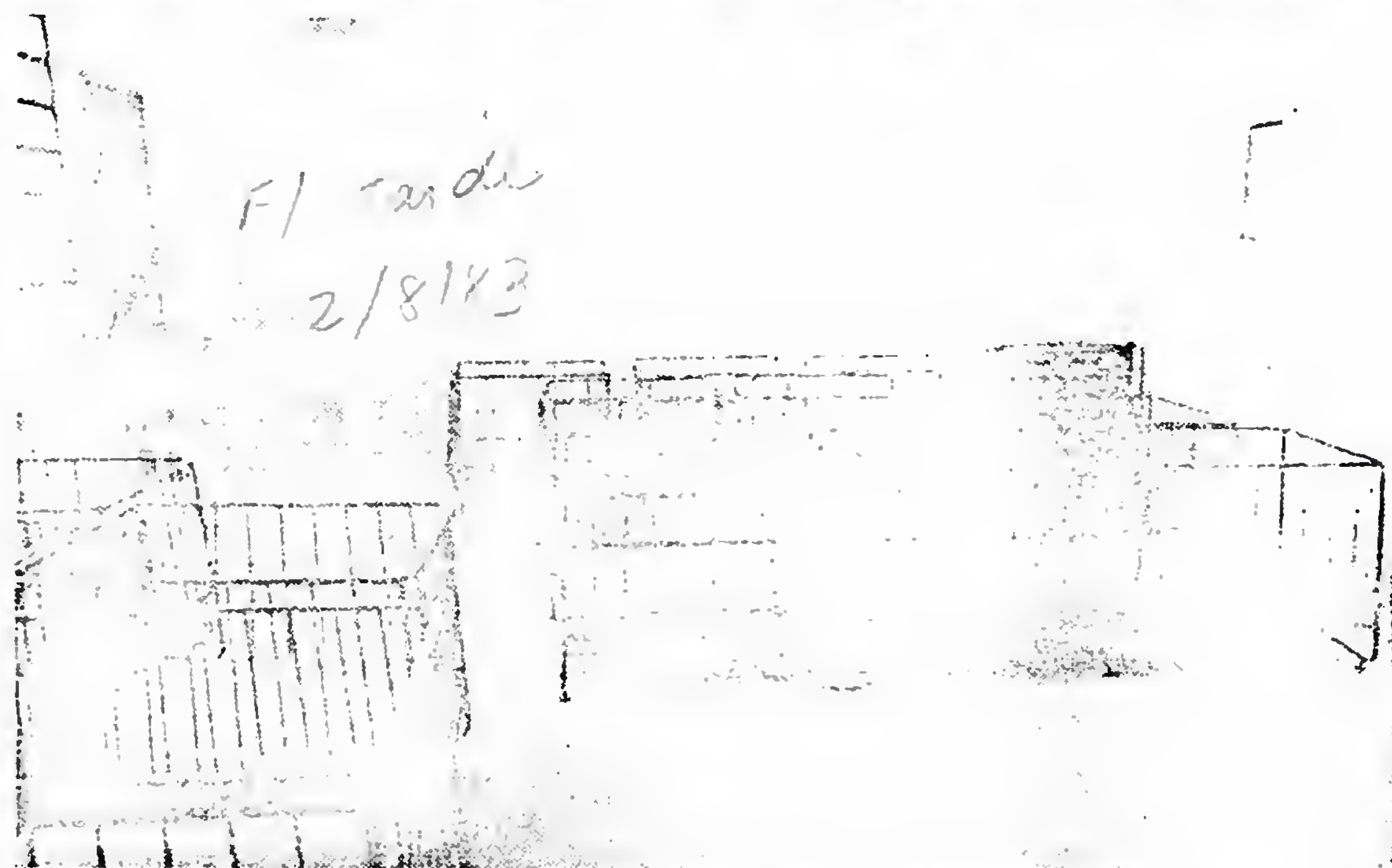
da da creche da rua São Sebastião está alocada na Supervisão Regional de Serviço Social (Surs) do Butantã. Ela não sabe ainda quanto tempo permanecerá neste setor, "pois não existem informações sobre o início de funcionamento da creche". Uma funcionária do departamento de creche da Regional do Butantã explica que "tudo dependerá de uma decisão do prefeito, esperada até o final de semana".

Creche fechada ameaçada de depredação

Os moradores do Jardim João XXIII, no Butantã, estão ameaçando invadir e depredar a creche da rua São Sebastião, número 69, caso a Prefeitura não decida colocá-la em funcionamento nos próximos meses. Concluída há mais de meio ano, a creche já está totalmente equipada, com funcionários selecionados e até mesmo, uma diretora contratada, recebendo um salário de cerca de 200 mil cruzeiros desde novembro. Esta, porém, não é a única creche paralisada na região. Existem pelo menos outras três, quase na mesma situação: Jardim Boa Vista, Jardim Julieta e São Domingos.

Construída pelo ex-prefeito Reinaldo de Barros, a creche da rua São Sebastião tem um bom acabamento e conta com todos os benefícios exigidos pelo movimento de mulheres da região: piso de paviflex, berçário, banheiros com chuveirinhos, colchonetes, quadrados, mesinhas, máquinas de lavar e de secar e duas cozinhas, com botijões de gás já instalados. Luis Eduardo Farias, o zelador da creche, recebe 30 mil cruzeiros mensais somente para olhar esses equipamentos. Ele conta que não tem o que fazer. De manhã faz "cooper" em volta do terreno e, à tarde, tira uma "bela soneca".

Os moradores do bairro estão revoltados com esta situação. Dizem que a creche não funciona porque se recusaram a aceitar a proposta do prefeito Mário Covas de convini-la com alguma instituição. Augusta Andrade da Silva conta que, sob o pretexto de falta de verbas, a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social — Fabes vem pressionando as mães a concordarem com o estabelecimento de creches "indiretas". Em razão dessas divergências — explica uma assistente social do Butantã — "68 creches da Prefeitura ainda não entraram em fun-



A creche está pronta há meses e tem tudo para funcionar

cionamento, embora estejam totalmente concluídas".

CRECHES CONVENIADAS

O fundador e ex-presidente da Sociedade Amigos Específica do Jardim João XXIII, Elio Pereira Gomes, atual oficial de gabinete da Administração Regional do Butantã, "repudia a proposta do prefeito Mário Covas de implantação de creches conveniadas". Para ele, pelo valor de 62 mil cruzeiros por criança, segundo dados da própria Fabes, e mais os encargos trabalhistas, nenhuma entidade teria condições de suportar a manutenção de uma creche.

"Isto seria um absurdo. Jamais poderemos permitir a entrega de uma creche da Prefeitura a outra instituição, ainda mais particular" — disse Terezinha Maria Santos da Silva, presidente da

União de Moradores do Jardim João XXIII, entidade criada por um grupo dissidente da Sociedade Amigos Específica do Jardim João XXIII. Terezinha Maria lembra que já impediu algumas tentativas de invasão da creche, por parte de grupos de mães. Na sua opinião, "é preciso continuar negociando".

Eleni Micheletti, diretora contratada da creche da rua São Sebastião, está alçada na Supervisão Regional de Serviço Social — Surs do Butantã. Ela não sabe ainda quanto tempo permanecerá nesse setor, "pois não existem informações sobre o início de funcionamento da creche". Diz apenas que vários funcionários já fizeram exame médico e foram selecionados. Uma funcionária do Departamento de Creches da Regional do Butantã explica que "tudo dependerá de uma decisão do Prefeito, esperada até o final da semana".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Estado de São Paulo*Data *06/03/80*Pág. *1*Pasta n.º *1473*N.º do recorte *1473*

Alimentos de creche são roubados em Perus

Arrombado SP 11/80 5/81/2
As poucas pessoas que arrombaram na madrugada de ontem a despensa da Comunidade Eclesial de Base Fraternidade, do distrito de Perus, levaram mais de cem quilos de alimentos, destinados a 65 crianças carentes assistidas pela entidade. Mas não mexeram em mais nada. Deixaram no mesmo lugar um liquidificador, um espremedor de laranjas do tipo usado em restaurantes e lanchonetes, uma serra e uma furadeira elétricas, além de cadernos, caixas de tinta e lápis de côr.

Os arrombadores ainda deixaram na despensa mais de vinte quilos de arroz e feijão, café, fubá, trigo, meia dúzia de latas de óleo e sete pacotes de açúcar.

Esse furto — que confirma as recentes declarações do Secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, de que estão se tornando cada vez mais frequentes os roubos de alimentos nas cantinas e depósitos de merenda das escolas da periferia — não foi o primeiro na CEB Fraternidade. Em fevereiro houve outro, em idênticas condições.

“Eu só dei queixa na polícia para registrar o desaparecimento dessas mercadorias que não são minhas. Mas não quero, nem espero, que os arrombadores sejam presos. Afinal, o pessoal que está roubando é ladrãozinho que está com fome. É algum coitado tão carente quanto as nossas crianças” — disse a coordenadora da CEB, Lúcia Maria Lourenço Garcia.

Ela calcula que mais da metade dos moradores dos barracos em volta do centro comunitário está desempregada. Tentam sobreviver de biscates.

“No fim, quem está roubando todo mundo é esse sistema que implantou a recessão. Não adianta procurar ou querer punir quem levou a comida das crianças” — comenta Lúcia, sem esquecer de tomar novas providências para garantir a segurança da rústica construção de blocos de cimento que serve de sede à comunidade. Depois do arrombamento de fevereiro, ela mandou colocar grades de ferro nas janelas. Agora está providenciando portas, também de ferro, para a despensa.

Ontem, as 65 crianças — de 7 a 13 anos — que passam a manhã no centro comunitário, antes de irem para as escolas do bairro, ficaram sem o café da manhã e a tradicional macaronada com frango das quintas-feiras. Lúcia decidiu suspender as atividades do centro comunitário até segunda-feira, enquanto tenta recompor o estoque de merendas.

“Aqui, a gente — observou ela — procura complementar a educação que elas recebem na escola. Ensina-mos artesanato e desenvolvemos outras atividades educativas. Mas as crianças só se interessam de verdade pelo café da manhã e pelo almoço. Tanto que são muito mais amigas e confiantes das cozinheiras do que das monitoras”.

Creche, diferente das escolinhas

Para abrigar carentes, falta espaço; em jardins da infância, há até quintal

HELIO BELIK

Os meninos Fernando Carvalhais e Fernando Alves têm várias coisas em comum, além do nome. Completam cinco anos no final do mês, nasceram em São Paulo, são primeiros filhos de casais jovens, moram na mesma região e passam o dia todo fora de casa. Entretanto, vivem realidades completamente diferentes. Na pré-escola "Curió", em Pinheiros, Fernando Carvalhais corre, pula, pinta a cara, rola na areia, canta e faz inúmeras perguntas. É uma criança saudável e empreendedora como todos os seus amiguinhos. Fernando Alves é o oposto. Timido, franzino, tem um olhar melancólico e parado. Entrou na creche da paróquia Santíssima Trindade, no Rio Pequeno, Butantã, com grave subnutrição, como a maioria de seus companheiros.

Na terça-feira passada, havia festa de aniversário na escolinha "Curió". Fernando Carvalhais e mais doze crianças do grupo de dois a cinco anos abriram o "baú" em busca de fantasias engraçadas. Felipe pegou uma pasta 007 e um par de óculos escuros. Flávia pôs uma peruca loira e um colar de pérolas de plástico. E Estelinha calçou um enorme tamanco. Ai, então, fabricaram tintas com anilina e maisena, sujando o rosto, as roupas e as mãos. E, por fim, brincaram na areia de fazer bolinhos e sanduíches. Quando começou a chover, entraram no sobrado e distribuíram-se espontaneamente em três salas. Na da direita, construíram barquinhos de papel e papelão. Na do centro, levantaram uma cabana de panos e jornais. E, na da esquerda, quatro garotos brincaram de botar o carrinho na garagem.

Silêncio

Na quarta-feira, tinha arroz, feijão, couve cozida, farofa com ovo, picadinho de carne e batata, suco e mexerica no almoço das crianças da creche da paróquia Santíssima Trindade. Fernando Alves limpou o prato, repetiu e, calado, voltou para a mesinha onde antes brincava de amontoar pedrinhas e cubos. Chovia muito e o piso de cimento gelava ainda mais o ambiente. Os menorzinhos colavam papéis coloridos em pedaços de tapetes, enquanto os mais velhos esforçavam-se para pintar figuras dentro dos contornos. Em todos os cantos havia crianças espalhadas, mas o silêncio era quase total.

Orientadora difere da "tia", que chega a ser confundida com a própria mãe

As crianças do jardim da infância da Associação Pedagógica Rudolf Steiner, uma escola de origem alemã no Alto da Boa Vista, são recomendadas, juntamente com os pais, a não assistir a televisão em casa. Christa Glass, orientadora dos cursos infantis, acha que a TV deixa a criança passiva, tira seus estímulos e capacidade de concentração, inibe seus movimentos e imaginação própria.

Na escolinha de Rudolf Steiner, tudo é baseado no movimento. Por esta razão a alfabetização precoce também é considerada prejudicial e "esclerotizante". Os brinquedos são os mais rudimentares: pedaços de madeira, troncos de árvores, latas vazias e garrafas. A atividade lúdica está voltada para a criação de imagens não estereotipadas.

Área própria

Cada um dos seis grupos de vinte crianças tem a sua área de recreação, com um tanque de areia e repleta de árvores frutíferas. Trepas nos galhos, pular corda e andar em pernas de pau é a maior diversão. Aos 3 anos, as crianças descobrem um pedaço de madeira, um cavalinho de pau; aos 5 anos, fazem do cavalo de pau uma perna de madeira. Sônia Setzer, médica e também orientadora da escola, explica que o jardim da infância tem uma função primordial no desenvolvimento da criança. "O que para ela é uma atividade lúdica pode transformar-se num conceito de Física mais tarde".

Um sol tímido apareceu na manhã de quinta-feira e as crianças de uma das turmas saíram na varanda para pintar. A professora deu para cada uma folhas de papel em branco e pe-



No Alto da Boa Vista, o mau tempo não impede o lazer

Nos desenhos escuros e trêmulos de Fernando Alves aparecem nitidamente todas as suas preocupações. A mãe, uma faxineira cansada, foi abandonada pelo marido logo após o parto. O pequeno barraco na favela Imperatriz Dona Amélia, onde vivem os dois, é úmido e tem goteiras. Outro dia, Fernando entrou na creche chorando e contou para a "tia" Benice que andava muito sozinho e apanhava do novo companheiro da mãe. "A creche é um porto seguro para as crianças de periferia", conta Eleni Teresinha dos Santos, diretora e assistente social da Santíssima Trindade. Lá, elas recebem o carinho e a atenção das "tias", além de comida sempre na hora certa.

Rute Alves, a mãe de Fernando, percorreu durante um ano todas as creches da região, à procura de uma vaga. Ela não queria que o filho andasse descalço pelas ruas, na companhia de trombadinhas e outros malandros. Na Santíssima Trindade, se paga o quanto pode, só como contribuição. A creche opera em convênio com a Prefeitura, recebendo Cr\$ 17.106,90 mensais por criança, ou seja, um terço do que é necessário. Há uma funcionária para cada grupo de vinte menores, duas salas, um refeitório e um pequeno pátio. O local é precário, mas não faltam comida nem carinho, o que é fundamental.

Participação

Fernando Carvalhais mora num

prédio do Sumaré. E, para não ficar trancado em casa o dia inteiro, sua mãe, uma geógrafa recém-formada, resolveu colocá-lo na Associação Berçário e Recreação Curió, uma das muitas "escolinhas" surgidas na região de Pinheiros nos últimos anos.

Segundo Eliane Berger Mandelbaum, uma das monitoras, além de suprir uma função social, a pré-escola vem substituir a rua, a praça, os grupos de vizinhança, hoje considerados "perigosos". Os pais de Fernando têm condições de contratar uma pajem, mas preferem pagar Cr\$ 5 mil mensais e dar ao filho uma "educação participativa", onde meninos e meninas da mesma idade preservam e desenvolvem a criatividade, sempre vivenciando as questões do grupo.

Para a socióloga Sílvia Macedo Chiarelli, orientadora psicopedagógica da Curió, "a criança que frequenta pré-escola tem um espaço somente dela, cria relações próprias, independentes dos pais, que não podem suprir e atender a todas as suas necessidades. Descobrimos suas possibilidades, desafiando situações e mantendo um continente afetivo seguro, a criança assume-se como indivíduo, ser autônomo". A Curió funciona no sistema de cooperativa. Não existe um corpo diretor. Todos os monitores estão empenhados no processo global de educação e recebem quase o mesmo salário, cerca de Cr\$ 80 mil mensais.

várias reivindicações junto à Prefeitura. Também a alimentação não traz muitas variedades. Além de carne, feijão, ovo, cenoura cozida e mandioca, raras vezes as crianças comem verduras e frutas indispensáveis para o bom funcionamento do intestino. Na tentativa de "engrossar" o cardápio, monitores e pais fizeram recentemente uma horta no fundo do terreno.

A creche aliás, já estaria fechada, se não fosse o esforço conjunto de pais e funcionários. A falta de estrutura é quase total. Para cobrir o chão gelado de cimento, eles arrecadaram tapetes de porta em porta. Com o dinheiro de bazares e bingos, conseguiram comprar escovas, panos e toalhas. Para disfarçar a umidade, pintaram as paredes com lagoas e painhos. E hoje lutam em conjunto pela instalação de uma escola municipal de educação infantil no bairro, caso contrário as crianças saídas da creche ficarão novamente desamparadas.

Neide Gonçalves Menoita Russo, a diretora da creche, conta que o grande problema das crianças é a instabilidade no lar. Dilacerada pelo custo de vida e pelas condições de habitação, a família pobre, moradora em favela, praticamente já desapareceu. A grande maioria das crianças da creche da favela São Jorge não tem pai. As mães trabalham o dia inteiro, vivem às voltas com muitas dificuldades financeiras, e pouco tempo e paciência têm para dedicar ao filho. Assim, as crianças se apegam às "tias", chegando a confundir-nas com a própria mãe. "É uma geração que não sabemos o que vai dar" — frisa a "tia" Maria Amália.

Improvisação

Na creche da favela São Jorge, no Butantã, não existe muito espaço para brincadeiras. Se não fosse uma divisória improvisada pelos funcionários, nem haveria lugar para as crianças menores dormir depois do almoço. É que o pequeno prédio pertencia à Sociedade Amigos da Favela e só foi transformado em creche após

O PAÍS



Fotos: Visão/União Nacional



A paciência do nordestino não tem fim. Calor, fome, transporte de água. Até quando?

zonas produtoras de feijão e milho situadas na caatinga — Irecê e Ribeira do Pombal —, o que prevalece na região é a cultura de subsistência, que não desemboca formalmente no mercado.

Prejuízo houve, e grande, na zona produtora de feijão e milho. Em Irecê, Norte do Estado, não foi colhida nem 20% da safra plantada em dezembro, quando choveu já bem fora do prazo. Em Ribeira do Pombal, onde o regime de chuvas costuma diferir do restante da caatinga, não ocorreu plantação em março e abril: seria o mesmo que jogar a semente para torrar na terra calcinada. Em Teixeira de Freitas a perda na lavoura foi de 40%, apesar de ser uma região situada na Zona da Mata.

Mas nem tudo vai mal na agricultura baiana, apesar da seca: a safra de mandioca está em torno de 1 milhão de toneladas, ou seja, 550 mil toneladas a mais do que os baianos consomem. O resultado entusiasmou os técnicos que anunciavam o aproveitamento do excedente para produzir pão, em substituição ao trigo escasso e agora sem subsídios.

A área castigada pela estiagem é enorme. E está aumentando de ano para ano: no Maranhão, por exemplo, todos os municípios, com exceção de São Luís, foram atingidos, incluindo, portanto, al-

guns situados em área da Amazônia e que nunca haviam sofrido estiagem.

Por tudo isso o Nordeste começa a gritar por socorro. A Igreja Católica está iniciando movimento de ajuda às vítimas da seca. E a esposa do governador do Ceará, Dona Miriam Porto Mota, está liderando uma ação visando a mobilizar o país no socorro aos seus irmãos, desta vez do Nordeste. “As enchentes no Sul foram ocasionais”, ela diz. “O Nordeste, no entanto, está morrendo aos poucos, numa lenta agonia.”

SÃO PAULO

Mais economia

Nada se perde, tudo se transforma.

■ Há dois anos e meio, cansado dos baixos salários e cachês que recebia para tocar em bares e boates de São Paulo, o contrabaixista e professor de violão Horácio Scaglione abandonou a música e decidiu abrir uma pequena oficina — Salva-Vidros — no bairro de Pinheiros, em São Paulo, para a recuperação e o aproveitamento de cristais, vidros e garrafas cujo destino geralmente era o quarto de despejo ou a lata de lixo.

Resultado: hoje, a classe média, vivendo com um orçamento cada vez mais apertado, está procurando as várias soluções que reduzam suas despesas. Fica mais barato transformar garrafas de vinho, uísque, refrigerante, vidros de conservas em copos, taças, licoreiras, cinzeiros, porta-guardanapos, castiçais, quebra-luzes, tigelas para salgadinhos e porta-mantimentos com tampas de madeira.



Uma solução econômica: cortar garrafas, usando a imaginação

tão inscritos nas frentes de emergência de Pernambuco.

Da Bahia ao Maranhão — O Extremo Sul da Bahia e o litoral estão fora da região de estiagem. A oeste e antes da caatinga, fica a zona de transição, onde os efeitos da seca não chegam a ser acentuados. Mas, quando ocorrem esses fenômenos climáticos, os reveses são grandes, uma vez que se trata de região com boas pastagens. Ainda não se sabe se choverá ou não nessa faixa, mas os indícios não são animadores. Na caatinga o inverno começa mais tarde, só em outubro, e as chuvas são mais frequentes em novembro. Excetuando-se as duas

Uma infinidade de peças úteis e decorativas.

Esses artigos podem ser feitos também em vidros foscos: são submetidos a jatos de areia que permitem, além do fosqueamento, a impressão de desenhos, nomes ou iniciais na peça. O processo com jatos de areia também é usado para o envelhecimento de madeiras e para a confecção e limpeza de peças industriais e objetos antigos.

Uma infinidade de peças úteis e decorativas.

Esses artigos podem ser feitos também em vidros foscos: são submetidos a jatos de areia que permitem, além do fosqueamento, a impressão de desenhos, nomes ou iniciais na peça. O processo com jatos de areia também é usado para o envelhecimento de madeiras e para a confecção e limpeza de peças industriais e objetos antigos.

Horácio Scaglione trabalha ainda na restauração de cristais e porcelanas: "Com o preço desses objetos a dona-de-casa não joga mais nada fora. Recebemos vasos quebrados ou lustres, castiçais e taças. Elas nos têm trazido e conseguimos reformá-los", explica o ex-músico.

Comércio de crise — Roberto Fratangelo, sócio e ex-aluno de Horácio, concorda que a Salva-Vidros é o comércio dos tempos de crise. Quando abrimos a oficina, a nossa clientela era formada de pessoas mais simples. Hoje elas não vêm mais, pois não têm dinheiro nem para pagar o aproveitamento de garrafas vazias. "Em contrapartida temos notado maior procura por parte da classe média de maior poder aquisitivo, que cada dia mais está recuperando, reformando e aproveitando coisas que há alguns anos jogava fora", conta Fratangelo. A preocupação de economizar não se limita à classe média: entre os clientes da loja estão Majuca Macedo, mulher do ministro do Trabalho, Murillo Macedo, e Silvia Maluf, esposa do ex-governador Paulo Maluf.

A maioria desta variada clientela já começou a incluir nos pedidos que tem feito à Salva-Vidros peças de uso diário como copos ou cinzeiros, que antes constavam de suas listas regulares de consumo. Além de outras peças rústicas para montar ou decorar casas de campo ou de praia. Motivo: fazer economia. □

CIDADE

Horta no asfalto

Uma creche diferente no Rio.

■ Em pleno centro do Rio de Janeiro há uma horta com verduras viçosas e bem cuidadas. E onde também são criados pequenos animais domésticos como galinhas, coelhos, porquinhos-da-índia e



Uma creche com verduras, coelhos e galinhas, tudo cuidado pelas crianças. O mais interessante é que não se trata de uma creche rural. Fica na Lapa, um bairro do Rio.



patos. O "prodígio" — esse gostoso quintal em pleno asfalto — foi operado pelo pessoal do Circo Voador, instalado na Lapa, que resolveu montar uma creche para a criançada do local. A Creche—Apareche Fique Bonzão já tem 120 frequentadores regulares que pagam apenas 100 cruzeiros de matrícula. Coordenada por Beбето e César Bahia, a Creche—Apareche não exige frequência obrigatória e nem admite burocracia. É chegar e ir entrando. E brincando.

Filhos do asfalto — As atividades programadas para as crianças são várias. Existe o "quintal", onde Jurandir de Oliveira procura colocar o que ele chama de "filhos do asfalto" em contato com a terra e com pequenos animais domésticos, desconhecidos totalmente para a maioria das crianças que vive em apartamentos. A criançada aprende técnicas simples de plantio e cultivo, e verduras e feijão (que no próximo mês já será colhido) foram semeados em uma terra cheia de cascalho, praticamente em cima do antigo canteiro de obras do Metrô.

Há também uma "oficina de brinquedos", orientada por Paulo Lotufo, Jane Castanheira e Chico Lá, onde as crianças de quatro a dez anos trabalham com materiais do cotidiano (cabos de vassoura, caixotes, tinta, etc.), martelando, serrando, criando seus próprios brinquedos. Os orientadores ficam por perto apenas para evitar que um dedi-

nho saia martelado, interferindo o menos possível nas tarefas que a garotada se propõe a realizar.

Quem quiser pode aprender corte e costura. Há também atividades que o Circo Voador denominou de Expressão da Criatividade (a cargo de Cláudia Maoli e Zé Zuca) e na qual as crianças desenvolvem atividades diversas: jogos, narração de histórias, teatro, música, artes plásticas e até culinária.

Duas médicas, Zezé Polessa e Ana Rosa Mauro de Melo, são responsáveis pelo atendimento e acompanhamento das crianças, esclarecendo os cuidados com a saúde que devem ser mantidos, buscando desenvolver na criança a capacidade de cuidar de si mesma.

A "oficina do corpo" ensina a criança a ter consciência do seu próprio corpo, do espaço em que ele se move, do ritmo e do movimento. A partir de jogos, brinquedos, histórias, objetos, música e exploração da imaginação, a criança cria seus próprios movimentos e suas danças. A orientação é dada por Paola Bustamente.

No mais, a Creche—Apareche, segundo seus organizadores, é uma tentativa de questionamento ao funcionamento das creches e escolas convencionais, testando as necessidades de uma infância nascida à sombra dos edifícios. □

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Data

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Casarões poderão abrigar creches

Refúgio de mendigos e famílias carentes, os quatro casarões entre as alamedas Cleveland e Nothmann, nos Campos Elisios, poderão ser transformados em creches ou centros sociais. Projeto neste sentido foi enviado para a Secretaria de Promoção Social pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (Condephaat).

Sua aprovação dependerá do parecer de técnicos da Secretaria. Extra-oficialmente, comenta-se que o projeto é inviável financeiramente porque são tantas as exigências do Condephaat para a reutilização dos prédios que se torna mais barato construir novos edifícios. Contrariando informações anteriores, os casarões não são tombados.

Mas segundo Antônio Augusto Arantes Neto, antropólogo e presidente do órgão, seu corpo técnico realizou apenas um "trabalho de infra-estrutura", apontando os cuidados necessários para a manutenção dos prédios. Arantes Neto presidiu ontem a reunião de rotina entre ele e o Conselho do Condephaat.

Serra do Japi, Iporanga e Bananal também estiveram na pauta de discussão. Esses três estudos, informou o responsável pelo órgão, ilustram bem a linha política adotada pelo Conselho. "Não queremos desenvolver uma atitude paternalista. Pretendemos compartilhar com a sociedade a preservação de seus bens tombados", explicou.

Creches: um protesto nas ruas contra a Prefeitura.

Precisa-se de um governo que atenda aos anseios do povo.

Mulheres simples, mal-vestidas, maltratadas, muitas apresentando muito mais do que sua idade. Algumas carregando bebês no colo ou "arrastando" atrás de si crianças ainda bem pequenas. Ontem, elas tiveram um programa especial: protestar. Contra a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, Fabes, e sua secretária, Martha Godinho. Elas queriam impedir que hoje à tarde sejam assinados 31 contratos com entidades particulares, para



ativação de creches conveniadas. Elas acham que todas as creches municipais devem ser de competência e responsabilidade exclusiva do governo municipal.

Cerca de 150 mulheres (alguns homens também participaram) se encontraram nas escadarias da Catedral da Sé às duas horas da tarde. Começava a manifestação convocada pelo Movimento de Luta por Creches em São Paulo. Portavam faixas de pano, cartolinas coloridas, com os mais variados dizeres pintados grosseiramente, cheios de erros ortográficos. Elas pareciam dispostas a fazer barulho, chamar a atenção para o seu problema. O que conseguiram.

O programa era sair da praça da Sé e seguir, em passeata (foto), até a Câmara Municipal, na tentativa de obter o apoio dos vereadores. Foi cumprido, ruidosamente. Das duas até as três da tarde permaneceram nas escadarias gritando palavras de ordem, distribuindo um documento no qual explicavam seus motivos, tentando obter adesões. Os curiosos paravam. O grupo fez a leitura do documento em voz alta:

"(...) a Fabes quer entregar muitas das creches construídas com o nosso dinheiro a entidades particulares (...) O governo, depois de quatro meses, vem ameaçando com creches conveniadas e que vão custar tanto quanto as diretas (...) A prefeitura está com medo de assumir sua responsabilidade para com as crianças da cidade? (...) A creche conveniada geralmente trata mal as crianças e não deixa as mães fiscalizarem o que se passa dentro delas (...) — denunciavam, entre

gritos contra Martha Godinho, que se acabavam misturando a outros — "por eleições diretas" — regidos pela vereadora Irede Cardoso, do PT, que participou ativamente do protesto.

Eram três horas da tarde quando resolveram formar a passeata que foi, tranqüila, até a Câmara Municipal, seguindo o Opala preto, oficial, da vereadora. Na praça, a polícia esteve presente, distante, observando. Segundo Irede Cardoso, o movimento havia pedido proteção, o que obteve, junto com os votos de "boa sorte e êxito".

Discordância

Cada manifestante tinha uma idéia sobre por que achava ruim as creches conveniadas. Que variava desde "mal tratamento, má alimentação e falta de cuidados pedagógicos", ao valor, por criança, que é gasto por mês. Dona Lourdes Cardoso de Almeida, uma das mais atuantes do Movimento de Luta por Creches, dizia que era um "absurdo" que os contratos fossem assinados, porque a diferença era muito pouca. Segundo ela, na creche direta uma criança custa 40 mil cruzeiros; na conveniada, mais de 34 mil cruzeiros, um salário mínimo. "E a prefeitura concede o prédio, os equipamentos e não é uma coisa para sempre. Os contratos valem por um, dois anos."

As mães se dizem contra também os planos para creches residenciais que utilizam o trabalho de mães vizinhas. Acham que a responsabilidade, que é exclusiva da prefeitura, está sendo passada para os outros. Outra reclamação é a de que muitas das creches que se pretende conveniar foram "conseguidas com a luta do povo". A Fabes pretende entregar hoje 68 creches, sendo que apenas 37 com administração direta da prefeitura.

Na Câmara Municipal, houve uma briga entre o líder da bancada do PTB, Gabriel Ortega, e dona Lourdes, do Movimento. Ela o acusou de ser um dos "aproveitadores" das creches conveniadas. Ele se irritou e começaram um curto, mas acalorado, bate-boca. Depois, Ortega explicou que faz parte da Associação Evangélica Brasileira, AEB, que cuida atualmente de nove creches e que receberá mais duas hoje. Para ele, dona Lourdes estava equivocada: cada criança, pela AEB, sai por 22 mil cruzeiros por mês, dos quais 70% subvencionados pela prefeitura. A creche cobra a taxa simbólica de 500 cruzeiros. Na direita, segundo o vereador, cada criança sai por 60 mil cruzeiros mensais.

Entre outras discussões e outros valores, enquanto os participantes do movimento lotavam as galerias da Câmara, vários vereadores discursaram sobre o assunto. Todos se diziam a favor das creches diretas. Só que alguns admitiam a indireta em "situações de crise, emergenciais", como o atual. Luís Erondina, líder do PT, foi quem fez o discurso mais duro em relação ao PMDB sobre as creches: "Uma de-

cisão autoritária de um governo que se diz democrático" — definiu. Lauro Ferraz, líder do PMDB, tentou rebater, falando da "crise econômica do País". O vereador Cláudio Barroso, do PT, interveio:

— E quem fez essa crise? Foi o povo? — perguntou, sob os aplausos delirantes da platéia, que acabaram por aumentar o mau humor de Altino Lima, presidente da Câmara, que havia proibido os "apupos e valas".

Mães protestam contra nova direção de creches

Bebês de colo, homens e umas 150 mães do Movimento de Luta de Creches concentraram-se ontem à tarde na praça da Sé, e em rápida passeata foram à Câmara Municipal, ocupando as galerias para protestar contra a administração indireta de creches. Quatorze vereadores estavam no plenário, mas apenas Irede Cardoso e Luiza Erundina, do PT, pronunciaram-se em defesa do movimento.

"Com a administração indireta será impossível às mães fiscalizarem suas crianças, que serão maltratadas e mal alimentadas" — afirmou Irede Cardoso, enquanto Luiza Erundina chamou o PMDB de autoritário: "Nada justifica mudança no rumo dos acontecimentos, e as creches devem continuar nas mãos da Prefeitura" — observou a vereadora. Em aparte o líder do PMDB, Lauro Ferraz, citou a crise econômica do País para justificar a administração indireta.

Sua companheira de bancada, a suplente Ida Maria, distribuiu um documento com data de 20 de junho, em que a vereadora Irede Cardoso e a líder do Movimento de Creches, Lourdes Cardoso, reconhecem as creches "relativamente" indiretas, ao fazer reivindicações sobre a forma como deverão ser conduzidas. O primeiro pedido é que a seleção do pessoal seja feita pela Prefeitura, em cada região, com auxílio de representantes do Movimento, que ainda se dispõe a colocar cartazes para ajudar a divulgar do trabalho de organização.

Outra reivindicação, a de que as mães possam fiscalizar as creches com a ajuda da Prefeitura, foi aceita

pela secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Terezinha Godinho. "Ela comprometeu-se a garantir a qualidade desses estabelecimentos", disse a vereadora Ida Maria.

Quando os trabalhos na Câmara já prosseguiam com outras questões, a líder do Movimento de Creches abordou o vereador Gabriel Ortega, do PTB, que passava ao seu lado: "Esse aí é um dos responsáveis pelas creches que o povo não quer", referindo-se aos 11 estabelecimentos que a Associação Evangélica Brasileira mantém em convênio com a Prefeitura. Ortega não gostou do tratamento e exigiu "mais respeito a um vereador". Teve início um áspero bate-boca, com troca de insultos que só terminaram quando ele, chamando Lourdes de radical, disse que ela não passava de uma "mal-amada". Foi necessária a interferência de alguns vereadores para que o incidente não tivesse proporções maiores.

Os manifestantes retiraram-se da Câmara sem nenhuma resposta concreta dos vereadores ao pedido para que impeçam a Secretaria da Família e Bem-Estar Social de assinar hoje, diversos convênios com entidades particulares para administração de creches municipais. Das 700 mil crianças da Capital com idade entre zero e seis anos, e pertencentes a famílias com renda de até cinco salários mínimos, a Prefeitura atende apenas 31 mil nas 429 creches diretas e conveniadas. A meta do prefeito Mário Covas é aumentar os atuais 5% de atendimento às crianças carentes para 35% até 1986, o que, segundo ele, só será possível com a administração indireta.

**Creche conveniada
FISP 12/8/83
provoca passeata**

Cerca de 150 mães realizaram, às 15 horas, passeata da praça da Sé à Câmara Municipal, em protesto contra a intenção da Prefeitura de firmar convênios com entidades para administrar 32 creches construídas pelo Município. A passeata foi comandada pelo Movimento de Luta por Creches e contou com a participação da deputada estadual Irma Passoni e da vereadora Irede Cardoso, ambas do PT.

Segundo Lourdes Cardoso Andrade, da direção do Movimento por Creches, "a Prefeitura quer omitir-se no problema do menor e por isso pretende firmar os convênios. O Município vai pagar o correspondente a um salário mínimo por criança e considerará cumprida sua obrigação."

Embora não tenha atingido o número mínimo previsto inicialmente — 500 manifestantes —, a passeata saiu ruidosamente da Sé e caminhou entre aplausos e uma vaia, no viaduto Dona Paulina, gritando "Fora, dona Marta" (Marta Godinho, secretária da Família e Bem-Estar Social).

Na Câmara, as mães não chegaram a preencher totalmente os assentos das galerias. Dali vaiaram e aplaudiram os vereadores, conforme se posicionavam em relação ao Movimento.

A secretária Marta Godinho, através da assessoria de imprensa, informou que das 68 creches que se encontram prontas, 15 foram colocadas em funcionamento por administração direta e outras 21 passarão a operar ainda em agosto pelo mesmo sistema. As 32 restantes serão postas em funcionamento por convênios ainda sem data para ser assinados.

Mães em passeata contra creches municipais

Cerca de 150 mães realizaram ontem, às 15 horas, passeata da praça da Sé à Câmara Municipal, em protesto contra a intenção da Prefeitura de firmar convênios com entidades para administrar 32 creches construídas pelo Município. A passeata foi comandada pelo Movimento de Luta por Creches e contou com as participações da deputada estadual Irma Passoni e da vereadora Iredo Cardoso, ambas do PT.

Segundo Lourdes Cardoso Andrade, da direção do Movimento, "a Prefeitura quer omitir-se no problema do menor e por isso pretende firmar os convênios". Acrescentou que "o Município vai pagar o correspondente a um salário mínimo por criança e considerará cumprida sua obrigação".

NA CAMARA

Embora não tenha atingido o número mínimo previsto inicialmente — 500 manifestantes —, a passeata saiu ruidosamente da praça da Sé e caminhou entre aplausos e uma vaia na rua Dona Paulina, até a Câmara.

Lá as vereadoras Iredo Cardoso e Luisa Herondina explicaram as razões do protesto, dizendo que "Montoro traiu as promessas da campanha, quando afirmou que construiria creches para serem administradas e fiscalizadas pela comunidade". Foram muito aplaudidas. O



A passeata de protesto, da praça da Sé à Câmara Municipal

vereador Lauro Ferraz, do PMDB, foi vaiado ao tentar justificar as razões da Prefeitura para optar pelos convênios. Ele disse que a solução é de emergência, em face da situação financeira da Municipalidade.

FABES EXPLICA

A secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Godinho, através da Assessoria de Imprensa, informou que das 68 creches prontas, foram postas em funcionamento por administração direta.

Outras 21 também passarão a operar ainda em agosto, pelo mesmo sistema. As demais serão postas em funcionamento por convênios sem data para serem assinados.

Segundo ainda a Fabes, a Prefeitura dispense, por administração direta, 61 mil cruzeiros por criança, mensalmente. Por administração indireta esse custo será de 17 mil. Se fosse administrar diretamente todas as creches, a Secretaria não teria condições de colocá-las em funcionamento este ano, informou a assessoria.

Prefeitura cria uma "indústria da criança", denunciam as mães

ANTENOR BRAIDO

Além de ceder prédios, equipamentos, pagar as contas de telefone e se responsabilizar pela manutenção da creche, a Prefeitura desembolsará um salário mínimo por cada criança atendida. Essas são as obrigações da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) nos 32 primeiros convênios com entidades particulares, já escolhidas, que serão assinados nos próximos dias.

A fórmula que a administração municipal encontrou para economizar Cr\$ 3,6 bilhões necessários para colocar em funcionamento 32 de suas creches, todavia, é considerada simplesmente como sendo a criação de uma "indústria da criança da cidade de São Paulo", segundo um grupo de mães, entidades de bairro e integrantes do Movimento de Creches. Provam isso revelando que cada criança não custaria mais que Cr\$ 37 mil mensais à Prefeitura.

"Quem não quer uma mamata dessas?", pergunta a presidente da Associação Feminina da Zona Norte, Lurdes Cardoso de Andrade. "Nesse esquema, afirma, até eu vou-me candidatar a pegar uma creche, pois vai ser muito fácil ganhar dinheiro", garante. Na semana passada, Lurdes ligou diversas vezes para a Supervisão Regional do Serviço Social (Surs) de Vila Maria, para saber se havia muitas entidades interessadas em creches. "Não paro de atender a telefonemas de gente que se diz interessada no assunto", foi a resposta que ouviu de uma funcionária municipal.

A primeira providência que a Associação Feminina da Zona Norte tomou foi entrar em contato com o Movimento de Creches. Em conjunto, organizaram um ato público, acompanhado de passeata até a Câmara Municipal. A manifestação foi realizada quinta-feira. As participantes, cerca de 150 mulheres, pediram a demissão da secretária da Família e do Bem-Estar Social, Marta Godinho. "Mas só isso não basta", afirma Lurdes Cardoso de Andrade. "Está na hora de fazer uma limpeza geral na Fabes, antes que as creches, a grande conquista

nossa nos últimos anos, sejam todas entregues a entidades particulares."

A presidente da Associação Feminina da Zona Norte se diz desencantada com o prefeito Mário Covas. "Estamos sendo traídas. Fizemos campanha para ele nas eleições passadas. Todo mundo vibrou quando o Covas foi para a Prefeitura. Mas agora estamos decepcionadas. Afinal de contas, ele faz a mesma coisa que o Reinaldo de Barros (ex-prefeito). Alega falta de verbas e entrega as creches a entidades particulares. Essa é uma fórmula muito simplista de resolver os problemas e não vai dar certo."

As provas

Vicentina Saraiva Pessoa, integrante do Movimento de Creches da Zona Leste, é da opinião que a secretária da Fabes "está trocando os pés pelas mãos". Segundo ela, as 134 creches que estão em funcionamento atualmente, e as outras 68 que serão ativadas nos próximos dias, somente poderão sobreviver à falta de recursos e trabalhar em benefício do povo, se a comunidade participar.

"Entregar creches para entidades particulares, assinala, é dar dinheiro para a indústria da criança, uma das mais prósperas da cidade de São Paulo." Para provar, Vicentina revela que o Movimento de Creches fez um estudo, baseado nos custos atuais dos alimentos e mão-de-obra, que constatou: cada criança não custa mais que Cr\$ 37 mil mensais aos cofres municipais.

Pelas contas da Fabes, todavia, essa quantia sobe para Cr\$ 67 mil, números considerados muito altos para o orçamento municipal. "A secretária gasta tudo isso — explica Vicentina — porque não controla os preços e compra todas as mercadorias dentro de um critério como se estivessemos vivendo num país rico."

Muito caro

Uma guia de remessa de alimentos para a creche Fernão Dias, de junho passado, comprova a tese de Vicentina. A Fabes pagou por uma caixa de maçã com 70 unidades a quantia de Cr\$ 18.881 — aproximadamente Cr\$

260 cada. No feirão da zona Norte, sexta-feira, em qualquer banca de frutas podia-se comprar cinco maçãs por Cr\$ 500. Com Cr\$ 18.880 daria para comprar cerca de 188 maçãs, quase três vezes mais do que foi adquirido em junho.

O Movimento de Creches encontrou na mesma guia de remessa outro produto muito caro: o espinafre. Dois maços custaram Cr\$ 9.525. Sexta-feira, esse produto não foi encontrado no feirão da zona Norte, mas, segundo um feirante, pode ser comprado atualmente por Cr\$ 240 o maço.

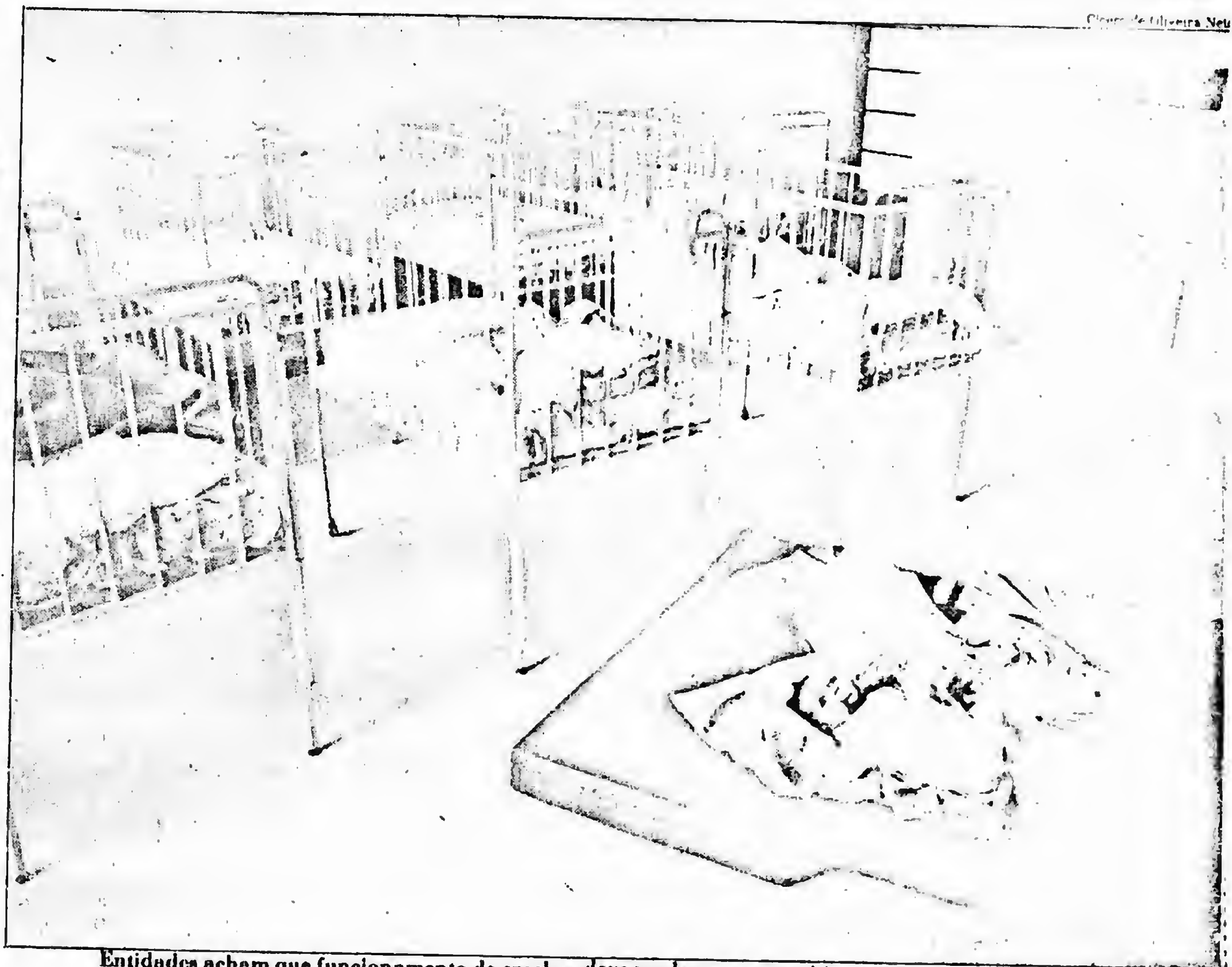
Segundo Vicentina Saraiva Pessoa, não são apenas esses desperdícios. Apesar de recentes, a grande maioria das creches foi construída nos últimos dois anos, quase todas elas precisam de reformas urgentes. Mas o serviço de manutenção das Fabes, apesar de ter mais de 100 funcionários, não funciona, critica.

A minicreche do Jardim Colonial, por exemplo, observa Vicentina, está há muito tempo com uma das piscinas quebradas. Apesar das várias reclamações dos funcionários, nada foi feito. As paredes internas estão rachadas e quando chove a água inunda o corredor, obrigando as crianças a permanecerem nas salas.

A creche de Vila Flávia, região de São Mateus, inaugurada recentemente, apresenta um grande risco para as crianças, especialmente aquelas que ocupam o segundo andar: as janelas são muito baixas e qualquer descuido da mãe pode ser fatal. Basta apenas que alguma criança consiga encostar uma cadeira à janela para correr grande risco de queda. "Nós já apontamos o problema diversas vezes, explicamos uma funcionária, mas até agora ninguém tomou providências."

"Acho que eles (da Fabes) esperam alguém cair para pôr grade de proteção."

As denúncias, porém, não param aí. O ex-encarregado de manutenção da Fabes, Onofre José Frazão, calcula que durante dois anos e sete meses aproximadamente Cr\$ 200 milhões em mercadorias teriam sido desviados do depósito, através de várias formas.



Entidades acham que funcionamento de creches deve mudar para permitir participação da comunidade

Antes de ser demitido, em maio, Frazão tentou denunciar os problemas à secretária Marta Godinho, mas nunca teve acesso a seu gabinete.

Diretoras bionícas

A maioria das creches, pela denúncia do Movimento de creches, não tem o quadro de funcionários completo e em muitas delas uma mãe é obrigada a tomar conta de vinte crianças. Isso pôde ser constatado pela reportagem da "Folha", na última quinta-feira, na creche do Jardim Colonial. Ali uma funcionária apenas serve, todos os dias, a comida para vinte crianças. Enquanto duas são alimentadas, as demais, nos berçinhos, aguardam choramingando.

"Se isto acontecer nas creches diretas, da Prefeitura, onde as mães podem fiscalizar, argumenta Vicentina, imagine o que não acontecerá nas en-

tidades particulares. Nem é bom imaginar." Apesar da atuação do Movimento de Creches, a situação da maioria das creches da Prefeitura, é precária.

"As diretoras — informa Vicentina Saraiva Passos — foram quase todas colocadas pelo PDS, são bionícas, e agora passaram a fazer política para o PMDB. Mas, para as mães, não interessa partido. Queremos apenas que os filhos sejam bem tratados." Na Vila Aurora, a comunidade já realizou várias reuniões e pediu a substituição da diretora, sem resultado prático, porém. "Não sei quem é o santo forte dela — diz Lurdes de Andrade — mas o certo é que ela continua lá, apesar das reclamações das mães."

Propositul

Para os integrantes do Movimento

Cortijos abrigam 3,4 milhões na Capital

LUIZ ÁVILA

O número de cortijos na Capital vem aumentando assustadoramente de ano para ano. Uma pesquisa da Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) indica que 3,4 milhões de pessoas vivem hoje nesse tipo de habitação coletiva, enquanto há oito anos o número de encortiçados girava em torno de 600 mil. De todos os órgãos da Prefeitura envolvidos com o problema, o único com uma proposta para interferir diretamente nos cortijos é a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Sami Bussab, presidente do órgão, defende nesta semana, sem ironia, uma idéia usada: a criação de "cortijos modelo".

O plano está ganhando os primeiros contornos e consiste na administração dos cortijos pela Emurb, eliminando-se assim a figura do "intermediário", pessoa que aluga ou se apropria de imóveis deteriorados e os explora. Além disso, a Emurb está cadastrando os imóveis inaproveitados ou abandonados na área central da cidade para destiná-los prioritariamente à habitação de pessoas carentes. Eles seriam colocados em condições de utilização, com dinheiro da própria Prefeitura, e alugados a preços baixos pela Emurb.

Mobilização

Embora sejam em número bem maior, os encortiçados não contam ainda com a mesma organização comunitária-política dos favelados ou invasores de terras na periferia. Mas já se iniciou, por meio da Igreja, um trabalho de promoção social que visa a melhorar suas precárias condições de vida.

A Pastoral das Áreas Carentes vem promovendo a mobilização dos encor-

tiçados, com alguns resultados. Emilia Margorari, responsável pelo serviço de assistência social da paróquia de Santa Cecília, tem conseguido reunir em assembleia um significativo número de moradores de cortijos para, vencidas as resistências iniciais, discutir seus principais problemas. Nessas assembleias produziu-se um documento encaminhado à Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), reivindicando basicamente melhorias na qualidade das habitações e uma maior segurança no relacionamento dos moradores com os "intermediários". De preferência, diz Emilia, os encortiçados devem tratar diretamente com os proprietários das casas.

Atualmente, um cômodo de cortijo (pode ser um quarto ou um vão de escada) custa, em área central, de Cr\$ 15 mil a Cr\$ 35 mil mensais, sem direito a contrato, recibo e com a obrigação de pagamento de altas contas de água e luz, nunca exibidas aos moradores.

Desentrosamento

Marta Terezinha Godinho, secretária da Fabes, garantiu esta semana que o problema dos cortijos faz parte das considerações do Plano Municipal de Habitação, em elaboração pela Prefeitura: "A três mães — explicou Marta — pois o plano participativo a Fabes e as secretarias municipais do Planejamento e da Habitação." Apesar do aparente entrosamento, a secretária não fez menção, durante uma entrevista na última quarta-feira, ao plano de intervenção nos cortijos proposto pela Emurb. Para ela, parte da solução do problema consistiria em conseguir dinheiro para fazer melhorias nos cortijos. Mas aí surge

a questão: saber quem será beneficiado pelas obras, o morador ou o proprietário?

Na periferia

A pesquisa da Secretaria Municipal de Planejamento detectou um fenômeno novo no quadro das habitações coletivas, chamadas pelos técnicos de "subnormais": a existência de "cortijos de quintal", barracos apinhados em fundos de terrenos da periferia, principalmente na zona Leste, que mais se assemelham a "minifavelas". Desses, a pesquisa aponta a existência de 120.788 unidades, além de 1.164 em prédios de apartamentos e 3.887 cortijos em casarões.

Fernando Batistuzzo, técnico de habitação da Fabes, aponta como responsável pela disseminação dos cortijos pelos bairros o paulatino empobrecimento da população.

Na área Central, onde se encontram os cortijos mais antigos, em clássicos casarões, o técnico da Fabes responsabiliza também a ação de especuladores imobiliários. Interessados em desvalorizar determinadas áreas, os especuladores propiciam o aparecimento de cortijos e, após processo de deterioração que demora alguns anos, compram os imóveis adjacentes por preço inferior ao de mercado.

"Pior que favela"

Uma cama de casal cercada de paredes com reboco estufado pela umidade, cheiro de suor, mofo, urina e fezes, é o quadro que se repete na maioria dos cômodos de cortijos na zona central. A fachada de antigas casas de aparência rústica esconde uma situação desordenada de pequenos quartos, divididos às vezes por madei-

ras compensadas ou vapêlão, cujas portas se abrem para um estreito corredor, onde a luz do sol só chega depois de atravessar os aros varais de roupa (a área para secar roupas também serve de circulação).

Essa maneira de viver é bem pior que a da favela, dizem os técnicos da Fabes. É mais insalubre, adoece o corpo e a mente das pessoas por causa da proximidade em que são forçadas a viver. O confinamento nos cortijos abarrotados de gente provoca até a desunião entre os moradores, e quem se aproveita disso são os "intermediários".

Os habitantes dos cortijos geralmente trabalham em prestação de serviços no centro, como garçons, manobristas de carros, frentistas de postos de gasolina, biscoiteiros e ambulantes. Para eles, morar perto do centro é condição de sobrevivência e muitos poderiam pagar aluguéis de pequenos apartamentos com o que conseguem ganhar. Porém, trabalham geralmente como autônomos, não têm condições de comprovar renda nem conseguem um fiador. É o caso de Jorge Antônio Batista, 27 anos, morador de um cortijo na rua Sinimbu, Liberdade. Ele e a esposa ganham cerca de Cr\$ 150 mil mensais mas não podem comprovar. Não têm filhos, ao contrário da maioria dos habitantes do cortijo em que vivem há três anos.

A queixa maior de Jorge é contra a precariedade do cortijo: um único chuveiro para 18 pessoas, duas privadas malcheirosas e entupidas e dois tanques o tempo todo usados pelas mulheres. Paga Cr\$ 30 mil pelo quarto, mais Cr\$ 8 mil por água e luz em contas que ele nunca viu.

Como será

Deliberadamente a Secretaria de Agricultura não tem um plano definido de como serão instalados e funcionarão os assentamentos. Isso porque depende de uma série de circunstâncias técnicas e, sobretudo, devido à diretriz básica que norteia o plano de fazer com que os candidatos aos assentamentos discutam e tomem por si as decisões.

A proposta inicial do Instituto é não entregar a terra individualmente às famílias, mas fazer com que elas se associem numa entidade. A cessão será a título precário mediante remuneração. A venda do pedaço de terra se dará futuramente, quando ficar comprovado o sucesso da experiência ou se houver necessidade, por exigências legais, para financiamentos.

Assim, fica praticamente descartada a hipótese de os assentamentos seguirem projeto semelhante da Cesp no extremo sudoeste do Estado, como haviam anunciado funcionários do governo Montoro. Os reassentamentos da Cesp são feitos com a entrega de 13 a 15 hectares às famílias, enquanto o atual projeto para todo o Estado prevê a associação de famílias.



Na Bela Vista, cortijos em precárias condições geraram protestos

Estado propõe uso de suas propriedades, mas desconhece quantas possui

PAULO ROCHA

São Paulo, o Estado mais rico da Federação, desconhece inteiramente o número de bens imóveis que possui, tanto urbanos quanto rurais, e nem sequer pode estimar seu valor.

A constatação dessa terrível realidade foi feita pela administração Franco Montoro assim que surgiram duas propostas no âmbito do governo mexendo com as propriedades urbanas e rurais do Estado. A primeira, da Secretaria de Segurança Pública, posteriormente encampada pelas secretarias de Justiça e Promoção Social, no sentido de serem comercializados imóveis da Fazenda do Estado, de alto valor imobiliário. Os recursos obtidos seriam, então, aplicados na construção de outros imóveis, modernos e adaptados à nova realidade da burocracia administrativa. A segunda partiu do governador Franco Montoro, que, através do decreto n.º 21.003, de 6 de junho, determinou às Secretarias de Estado e às entidades a elas vinculadas um inventário dos bens imóveis rurais para promover o assentamento de agricultores sem terras. Esse levantamento deve estar concluído até dia 20 deste mês.

"Nem Kafka imaginaria"

O controle dos bens imóveis da Fazenda do Estado teria, teoricamente, que ser feito pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, mas na prática este órgão não existe. Seus arquivos estão completamente desatualizados. Há falta de verbas, trabalha com pou-

cos funcionários e o descaço dos governantes com este setor importante da administração foi tal que o prédio de 12 andares onde funciona (ou deveria funcionar) este organismo, na praça da Sé, está há quatro anos com os elevadores parados.

O procurador-geral do patrimônio, José Milton Garcia, cuja sala fica no 7.º andar, já mandou recuperar os elevadores e estuda uma série de outras medidas para fazer funcionar o organismo. Ele atribui aos governantes anteriores a responsabilidade pela precária situação.

"Quando Kafka escreveu 'O Processo' ele deve ter se baseado em alguma coisa aqui na repartição", afirma o procurador-geral, referindo-se às condições atuais da Procuradoria. Confirmou que assim que foram feitas as propostas de vendas de imóveis urbanos e inventário dos bens rurais, "muita gente esperava que desse cadastro nosso surgissem coisas maravilhosas, mas não foi assim".

José Milton Garcia promete um plano para atualização do cadastro da Procuradoria, a ser feito com auxílio de empresa especializada, talvez a Emplasa, que possui boa técnica no setor. Mas o procurador prefere não adiantar prazos para conclusão do serviço.

"É um trabalho terrível. Se o Beltrão vier aqui, ele fica louco", arrematou.

Trabalho em Execução

Independente da impossibilidade de

a Procuradoria do Patrimônio dispor do levantamento dos bens imóveis do Estado, as Secretarias da Segurança Pública, Justiça e Promoção Social estão levando à frente o ambicioso levantamento na Capital e Interior dos imóveis da Fazenda sob sua administração, que podem ser eventualmente vendidos. Ao mesmo tempo o Instituto de Assuntos Fundiários, da Secretaria da Agricultura, está encaminhando o projeto de assentamentos agrícolas nas áreas rurais do Estado.

A Secretaria de Segurança pretende desfazer-se de imóveis inservíveis não somente em São Paulo, mas sobretudo no Interior. As delegacias e cadeias públicas das cidades do Interior normalmente estão localizadas em áreas centrais, de grande valorização. A idéia é vendê-las e aplicar o dinheiro na construção de cadeias modulares em terrenos que eventualmente seriam cedidos pelas prefeituras locais. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Segurança, em conjunto com a de Justiça, planeja a construção de presídios regionais, com capacidade cada um para 400 detentos. Esta seria uma maneira de desafogar a Casa de Detenção e a Penitenciária de São Paulo — aliás, ambas a serem desativadas, segundo os planos do secretário José Carlos Dias, da Justiça.

Incredulidade

A idéia de venda de imóveis do Estado e construção de outros com a verba arrecadada, sem onerar portanto o orçamento do Estado (com um déficit este ano de Cr\$ 399 bilhões), surgiu an-

tes das eleições de 15 de novembro, nos escritórios de estudos do então candidato Franco Montoro (a chamada "Sorbone", na rua Madre Teodoro). Mas foi trazida a público pela primeira vez pelo secretário Manoel Pedro Pimentel, da Segurança Pública. A conclusão desse projeto, no entanto, ainda tem que passar por diversas fases, desde o levantamento da área a ser vendida até a construção de outro imóvel com o dinheiro obtido. Há, é verdade, entre funcionários da própria administração do Estado uma certa descrença quanto à concretização do plano. O secretário da Promoção Social, Carlos Alfredo de Souza Queiroz, concorda com as dificuldades, mas diz que é preciso romper a barreira do ceticismo "e dar uma visão mais democrática do Estado".

Souza Queiroz reafirmou, anteontem, à "Folha" a intenção no âmbito de sua Pasta de vender imóveis que pertencem à Febem. Já estão sendo feitos levantamentos pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio na unidade da Febem de Tatupá, com cerca de 30 mil metros quadrados de área. Será efetuado ainda levantamento na unidade Sampaio Viana, localizada em pleno bairro do Pacaembu, em local nobre de São Paulo.

"Todos os imóveis considerados inservíveis ou que não se estão adaptando a esse permitirem viabilidade na venda, serão vendidos", disse o secretário Carlos Alfredo.

Melhor destinação

Em relação aos imóveis rurais, o

Instituto de Assuntos Fundiários já trabalha no levantamento de três áreas para a implantação dos assentamentos. José Eli Veiga, diretor do órgão, prefere não anunciar a localização para evitar uma "corrida" às regiões por pessoas interessadas. Ao mesmo tempo, já encaminhou ao governador Montoro o anteprojeto criando o Conselho da Reforma Agrária para funcionar a nível de intersecretarias e coordenar os assentamentos nas terras públicas ociosas.

"Nossa intenção não é fazer com que o Estado se desvincille de seus imóveis, mas queremos dar a eles um uso racional", diz Eli Veiga, que também reconhece as dificuldades de ordem política e jurídica que o governo de São Paulo enfrentará para concretizar o projeto.

Além dos assentamentos, está prevista a implantação de núcleos, em áreas próximas aos centros populacionais.

O Instituto espera beneficiar no Interior cerca de 15 mil famílias, em aproximadamente um milhão de hectares pertencentes ao Estado ou a empresas vinculadas às Secretarias, como Fepasa, Cesp e Banco do Estado de São Paulo.

Embora integrantes do governo Montoro tenham apressadamente tentado caracterizar o projeto como "reforma agrária estilo Montoro", José Eli Veiga repete essa denominação e esclarece que "o problema do trabalho rural não vai ser resolvido com

Técnicos são contra creches conveniadas

Defenderam a preservação e expansão da rede pela Prefeitura em encontro com a secretária

F/SP 16/8/83
Os técnicos responsáveis pela supervisão dos programas de atendimento ao menor da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (Fabes) são contrários à entrega de creches da Prefeitura a entidades particulares. Ontem, eles divulgaram um documento oficializando essa posição e, no final da tarde, mantiveram um encontro com a secretária da Fabes, professora Marta Teresa Godinho, onde o assunto foi discutido.

"No presente momento — diz um trecho do documento — nos posicionamos pela preservação da rede de creches diretas, sua expansão, criação de uma infra-estrutura técnico-administrativa adequada para a rentabilização dos recursos aplicados numa linha de economia de escala,

elevando o nível da qualidade de atendimento à criança e barateando o custo per capita, objetivos ainda não alcançados face ao caráter caótico adotado quando da implantação desta rede, na administração anterior."

"Entendemos — prossegue o texto — que esses objetivos não serão alcançados através da rede indireta e particular caracterizada por unidades fragmentadas, implantadas através de diferentes unidades administrativas, não possibilitando a rentabilidade do recurso aplicado e nem barateando o custo."

Alegando falta de recursos, a Prefeitura pretende assinar 32 convênios com entidades particulares nos

próximos dias. A atitude motivou violenta reação por parte de mães, entidades de bairro e integrantes do Movimento de Creches, que consideram a assinatura desses convênios a criação de mais uma "Indústria de creches em São Paulo".

O encontro entre os técnicos e Marta Godinho foi realizado na PUC e se iniciou com a leitura do documento por parte de uma técnica. Após ouvir o texto em silêncio, a secretária da Fabes disse que "está aberta à participação, pois isto está incluído no programa do PMDB, mas não aceito a ditadura das bases. Nunca aceitarei, como secretária da Fabes, o papel de apenas revalidar o que as bases aprovam. Vocês podem esquecer isso".

A uma observação feita por um técnico, de que o documento "reflete a aspiração do povo", Marta Godinho assinalou que o "povo não se faz representar e nem ouvir apenas pelos técnicos. Eu recebo vários segmentos (do povo) todos os dias na minha sala e muitos deles me pedem creches conveniadas. É preciso tomar cuidado, prosseguiu, pois o povo é saco de gato que contém muitos miados".

No calor das discussões, os técnicos criticaram o serviço de manutenção das creches, que não atende os pedidos de reparos dos prédios. Marta Godinho afirmou que as críticas procediam até recentemente, "pois quando assumi havia quadrilhas lá dentro que desviavam material".

Jornal: *Folha de São Paulo*
Data: *16/08/83*
Pág. *1*

Parta n.º
N.º do recorte

Regional da Sé doa a creches alimento apreendido nas ruas

Os fiscais da Regional da Sé recolhem, aproximadamente, três toneladas de gêneros alimentícios por semana, de ambulantes e marreteiros que operam irregularmente na área central da cidade. Uma parte desse material, apreendido quinta-feira, foi entregue ontem a duas creches, "pois o alimento considerado em condições de uso será muito útil às crianças", segundo afirmou o administrador regional Wélson Barbosa. Do material doado constavam saquinhos de biscoitos, amendoins, salgadinhos, chocolates e balas, além de laranjas e mexericas.

As creches beneficiadas ontem com as doações foram o Lar São Cosme e Damião, que abriga 60 crianças, e o Centro Comeniano de Ensino para Excepcionais Chácara da Tia, com 120 crianças, cujos representantes, Prisco Palumbo e Miloslava Hejtmankova, respectivamente, estiveram na Regional.

Para Wélson Barbosa, essa apreensão da mercadoria dos marreteiros auxilia as creches mas não resolve o problema da invasão do Centro da cidade, cuja solução não está na atual lei, que prevê também multa de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 4.500,00, quando o produto recolhido não é alimento e pode ser recuperado pelo vendedor, após oito dias de espera. A solução talvez esteja em um plano que ele entregou ao secretário das Administrações Regionais, Sampaio Dória, esta semana.

Barbosa explicou que dos 16 mil ambulantes de sua Regional, apenas 970 estão legalmente habilitados a

esse trabalho. Atualmente, existem 970 locais que podem ser usados por esses ambulantes, mas 80% deles estão fora do que chama de "área de ação", preferindo instalar-se em pontos proibidos como as ruas Direita, São Bento e XV de Novembro. Para o administrador regional, a solução é ampliar os locais permitidos para 1.500 e abrir um mercado livre em um ponto como o Parque D. Pedro II, onde o comércio poderia ser realizado independentemente de credenciamento.

O administrador regional da Sé ainda lembrou que é necessário respeitar o comerciante que paga impostos e não quer um marreteiro em sua porta, mas também os ambulantes que desejam trabalhar e que, às vezes, têm de ficar neste trabalho devido à situação econômica do País. Ele acha que é importante manter uma disciplina na atuação dos marreteiros, ou então abrir a cidade e deixar que se crie situação semelhante à de Lima, no Peru, onde sequer o lixo pode ser coletado porque o leito da via pública está ocupado por vendedores.

Hoje e amanhã, a Administração Regional da Sé executará um mutirão que irá da praça das Bandeiras até o túnel 9 de Julho, com tapa-buracos, limpeza de bueiros, varrição, recolhimento de placas irregulares de propaganda e outros serviços. Paralelamente, 40 fiscais percorrerão o trecho, autuando empresas de propaganda com cartazes irregulares, verificando entulho nas calçadas e construções em andamento.

Creche: custo chega a 8 milhões

Os 168 creches diretas da Prefeitura são consideradas um "sistema de bombas" pela secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Terezinha Godinho, pois cada uma delas custa, mensalmente, aos cofres municipais, aproximadamente oito milhões de cruzeiros — o dobro de uma conveniada. A alimentação, incluindo a dos funcionários — cerca de 40 —, e a manutenção dos prédios levam a maior parcela das verbas.

F. TONDU 29/8/83
Os produtos hortifrutigranjeiros são fornecidos pela Comercial Major Ltda, empresa escolhida através de licitação, que entrega os alimentos pelo maior preço do dia na Ceagesp e acrescenta uma taxa de serviço de 17%. A primeira providência para baratear os custos será a compra de alimentos a preços mais baixos. Para isso o Departamento de Materiais da Secretaria da Administração já está preparando editais de concorrência pública para buscar novos fornecedores.

A secretária Marta Godinho afirmou que a maioria dos prédios precisa de

reformas constantes, pois toda a rede foi mal construída.

O problema dos custos, no entanto, já está sendo estudado por técnicos e especialistas, alguns com experiência internacional, contratados pela Fabes. "Oito milhões mensais é muito dinheiro para apenas uma creche — afirma a secretária — e nós temos que reverter essa estrutura, sob pena de inviabilizar toda a rede."

Mesmo assim, Marta Godinho explicou que a Prefeitura não está querendo conveniar todas as creches. "Assinaremos apenas uns 15 convênios para colocar em funcionamento algumas das 68 creches já prontas", afirmou, garantindo que o restante "ficará por conta do Município".

Para o Movimento de Luta por Creches, "os custos só serão diminuídos se for feita uma "limpeza" na Fabes". Marta Godinho responde que o movimento "tem muitos radicais", mas promete, dentro em breve, promover a "racionalização nos custos". "Precisamos mudar o nosso padrão de trabalho", assinala, acrescentando que não ficará "com mão-de-obra improdutiva que onera os custos".

Mulheres invadem Secretaria F/SP 30/12/83 contra convênios em creches

Cerca de quatrocentas mulheres encabeçadas pelo Movimento de Luta por Creches invadiram ontem à tarde a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), para protestar contra a implantação do sistema de convênios que a Prefeitura pretende introduzir em pelo menos 15 de suas 68 novas creches.

"Queremos creches diretas (públicas)", gritavam as manifestantes — muitas delas grávidas e com filho. Elas argumentam que somente desta maneira poderão garantir que, futuramente, as creches conveniadas não venham a cobrar uma taxa de manutenção, como ocorria na administração anterior.

Marta Godinho, secretária da Fabes, rebate os argumentos das manifestantes, alegando que nos convênios firmados pela Prefeitura há um compromisso formal de que as famílias não arquem com nenhuma despesa inerente à manutenção das crianças nas creches. "Elas são radicais e todos sabemos que por trás deste movimento há um partido político: o PT", disse.

A invasão

As mulheres chegaram em ônibus alugados às 14 horas. Durante duas horas ficaram aguardando entrevista com a secretária, a qual alegava ter recebido informação de que apenas uma comissão de mães do Jardim Miriam, havia marcado audiência.

Após a longa espera, elas invadiram a Secretaria. Portando faixas e cartazes com os dizeres "Tire de quem tem e dê para quem não tem", "Queremos creches públicas", as

mulheres travaram um debate com a secretária, no saguão da Fabes.

As manifestantes informavam que a justificativa para a Prefeitura firmar convênios não era verdadeira, porque constataram que cada criança custa ao município Cr\$ 40 mil e não Cr\$ 62 mil, como foi alegado pelo Prefeito. "Não aceitamos a desculpa de que a Fabes não dispõe de verbas, porque pagamos nossos impostos", disse uma das manifestantes.

Marta Godinho rebatia esse argumento questionando a validade do cálculo apresentado: "Este valor refere-se apenas a uma parcela dos custos diretos. Outras entidades já fizeram cálculo semelhante e descobriram que o custo mínimo per capita é de Cr\$ 52 mil. Mas ainda não englobaram todas as despesas", salientou.

Por outro lado, em documento distribuído durante a manifestação, as mães salientavam que apenas uma creche pública "garante um quadro de funcionários em número suficiente e abrangendo as áreas de Saúde e Pedagogia", enquanto nas conveniadas estas tarefas ficariam a cargo de "alguns abnegados que têm de trabalhar de 10 a 12 horas por dia, por salários que dificilmente ultrapassam aquilo que recebe o funcionário público".

As mães também questionaram a cláusula contratual que prevê a participação de pais nas decisões das creches, afirmando que o cumprimento deste acordo ficará "necessariamente dependente dos critérios da entidade" que firmar convênio com a Prefeitura.